



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – IN 40/2020

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Contratação de serviços de administração e gerenciamento da frota e dos demais equipamentos agrícolas e a combustão da UFVJM.

PROCESSO Nº

23086.013092/2021-23.

SUPORTE LEGAL

As contratações de serviços, mediante execução indireta, devem ser precedidas de Estudos Preliminares para análise de sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais à futura contratação de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

A Instrução Normativa 05/2017 dispôs sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

A IN nº. 40, de 22 de maio de 2020, alterou as disposições contidas na IN 05/2017, que é aplicada obrigatoriamente pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG).

O SISG foi instituído pelo Decreto 1.094 de 1994, sendo integrado pelos órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional:

Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Serviços Gerais (SISG), as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação.

§ 1º Integram o SISG os órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, incumbidos especificamente da execução das atividades de que trata este artigo.

[...]

Art. 2º O SISG compreende:

I - o órgão central, responsável pela formulação de diretrizes, orientação, planejamento e coordenação, supervisão e controle dos assuntos relativos a Serviços Gerais;

II - os órgãos setoriais, unidades incumbidas especificamente de atividades concernentes ao SISG, nos Ministérios e órgãos integrantes da Presidência da República;

III - os órgãos seccionais, unidades incumbidas da execução das atividades do SISG, nas autarquias e fundações públicas.

Nesse sentido, aplica-se o disposto na Instrução Normativa 05/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e suas alterações, sendo que as contratações públicas devem ser realizadas observando as seguintes fases:

Art. 19. As contratações de serviços de que tratam esta Instrução Normativa serão realizadas observando-se as seguintes fases:

I - Planejamento da Contratação;

II - Seleção do Fornecedor; e

III - Gestão do Contrato.

Parágrafo único. O nível de detalhamento de informações necessárias para instruir cada fase da contratação deverá considerar a análise de risco do objeto contratado.

No que diz respeito à fase do Planejamento da Contratação a IN 05/2017 determina que:

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I -

Estudos Preliminares;

II - Gerenciamento de Riscos; e

III - Termo de Referência ou Projeto Básico.

[...]

Em relação aos Estudos Preliminares, a Instrução Normativa nº 40/2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital da Secretaria de Gestão, alterou o artigo 24 da Instrução Normativa nº 05/2017 passando assim a vigorar:

[...]

"Art. 24. Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia." (NR)

[...]

Com a publicação da Instrução Normativa (IN) nº 40 /2020, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional terão de elaborar, em um novo sistema, um Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, demonstrando a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental do futuro processo licitatório.

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

[...]

§ 4º Os órgãos e entidades poderão simplificar, no que couber, a etapa de Estudos Preliminares, quando adotados os modelos de contratação estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 5º Podem ser elaborados Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos comuns para serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade.

O termo de referência ou projeto básico será elaborado pelo setor requisitante, conforme dispõe o art. 29 da IN 05/2017, a quem caberá avaliar a pertinência de modificar ou não os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco, a depender da temporalidade da contratação. Deverão ser utilizadas as minutas padronizadas da AGU.

Art. 29. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência e Projetos Básicos da Advocacia-Geral União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V, bem como os Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.

§ 1º Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o **caput**, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.

§ 2º Cumpre ao setor requisitante a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, a quem caberá avaliar a pertinência de modificar ou não os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco, a depender da temporalidade da contratação, observado o disposto no art. 23.

Ainda segundo o Art. 7º da IN nº 40/2020 os Estudos Preliminares devem conter, quando couber, as seguintes informações:

Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;

III - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

X - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

XI - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;

XII - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento; e

XIII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

§ 1º Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§ 2º Os ETP devem obrigatoriamente conter os elementos dispostos nos incisos I, IV, V, VI, VII, IX e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos do caput, apresentar as devidas justificativas no próprio documento que materializa os ETP.

§ 3º Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos dispostos no caput que não forem estabelecidos como padrão.

§ 4º Ao final da elaboração dos ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

[...]

Constituirão ainda o referencial normativo da presente contratação os seguintes normativos legais:

- **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:** Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
- **Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994:** Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, e dá outras providências.
- **Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018:** Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- **Instrução Normativa 10, de 12 de novembro de 2012:** Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável.
- **Instrução Normativa 05, de 29 de maio de 2017:** Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços.
- **Instrução Normativa Seges/ME 01, de 10 de janeiro de 2019:** Dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.
- **Instrução Normativa 49, de 30 de junho de 2020:** Altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Instrução Normativa 40, de 22 de maio de 2020:** Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- **Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010:** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.
- **Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020:** Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018:** Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

A contratação se sujeita ainda aos demais requisitos legais e normativos que regem a matéria.

Importante destacar a necessidade da contratação estar alinhada com o Planejamento Estratégico da instituição conforme art. 1º da IN 05/2017:

As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber:

[...]

III - o alinhamento com o Planejamento Estratégico do órgão ou entidade, quando houver.

Em função do dever de planejamento a Administração Pública precisa definir objetivamente as condições de suas contratações, seus quantitativos, as especificações técnicas necessárias, as condições de execução contratual, dentre outros requisitos objetivamente impostos pelo legislação.

Essa, inclusive, é a determinação constante na Súmula 177 do TCU:

A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais ao objeto do pregão.

Jessé Torres Pereira Júnior e Marinês Rastelatto Dotti destacam as principais vantagens da institucionalização do gerenciamento de frota:

O modelo pretende garantir à Administração: (a) gerenciamento de sua logística por empresa especializada em gestão, a propiciar presumível ganho de eficiência; (b) padronização dos serviços prestados; (c) atendimento tempestivo das demandas, em especial quando dos deslocamentos de veículos entre pontos diversos; (d) pronta disponibilidade de veículos em condições de trafegabilidade; (e) redução, ou mesmo supressão, do uso constante de suprimentos de fundos para fazer frente a despesas com manutenção de veículos, em localidades não alcançadas pela única oficina prestadora dos serviços, nos moldes da antiga contratação.

[Manutenção da frota e fornecimento de combustíveis por rede credenciada, gerida por empresa contratada: prenúncio da "quarteirização" na gestão pública?](#)

"Por essa nova metodologia, seria transferido à contratada, além da administração da frota, que se daria por meio de sistema informatizado de gestão, o encargo de cuidar da manutenção preventiva e corretiva dos veículos, envolvendo o fornecimento de peças,

acessórios e mão de obra, por meio de rede credenciada de âmbito nacional." Acórdão 2.731/2009 - Plenário - TCU.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de instauração de processo para contratação de serviços de administração e gerenciamento da frota e dos demais equipamentos a combustão da UFVJM.

A UFVJM possui atualmente contrato de prestação de serviços continuados de Administração, Gerenciamento e Controle de Frota, decorrente da adesão ao pregão nº 028/2017, resultando na assinatura dos contratos 009/2017 e 010/2017, com prazo de vigência até 20/10/2022, quando atinge-se os 60 (sessenta) meses de contratação.

Durante a execução contratual, houve acompanhamento periódico realizado pela Divisão de Contratos e pela Divisão de Máquinas e Transportes, que consideram que a execução dos serviços foi satisfatória, atendendo às necessidades institucionais. Cabe ressaltar, ainda, que, devido ao fato de a UFVJM ser uma instituição multicampi, constatou-se que o sistema de gerenciamento integrado é o que melhor atende às particularidades da universidade.

Ademais, possibilita mais eficiência no controle necessário para otimização e zelo pelo patrimônio público, devido à informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem percorrida, custos, identificação do veículo, dentre outras informações.

Por meio dos Contratos 009/2017 e 010/2017 a UFVJM realiza de maneira eficiente, dinâmica e econômica os serviços de abastecimento de combustíveis, manutenções preventivas/corretivas e demais serviços necessários ao bom funcionamento da frota.

Desse modo, com a proximidade de extinção dos contratos, por decurso de prazo, persiste a necessidade de continuidade dos serviços de abastecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, bem como lavagem e higienização da frota.

A eficácia no que se refere ao uso de veículos oficiais, exige um sistema eficiente que possa ser aplicado em todos os veículos pertencentes à frota da UFVJM, com as seguintes possibilidades: a) Eliminação do uso de suprimento de fundos para serviços de manutenção, abastecimento e higienização; b) Flexibilidade do sistema de abastecimento de combustíveis, facilitando o acesso a uma rede ampla e extensão do horário de abastecimento, pois se poderá contar com uma rede de postos com abastecimento funcionando todos os dias da semana; c) Disponibilidade de ampla rede de oficinas credenciadas para a realização dos serviços de manutenção preventiva/corretiva e postos de lavagem e higienização; d) Simplificação dos procedimentos e rotinas de controle dos abastecimentos e manutenções por sistema informatizado, proporcionando agilidade nos procedimentos, obtenção de informações da frota em tempo hábil, via Internet, para tomada de decisões corretivas.

Desse modo, a necessidade de maior presteza e economicidade na realização de serviços afetos à frota da UFVJM, requer o aperfeiçoamento dos serviços de gestão. Assim, será necessário se buscar no mercado um modelo de contratação que forneça um sistema que possibilite a administração, gerenciamento e controle da frota.

O sistema de gerenciamento deverá disponibilizar, além do gerenciamento da frota, o abastecimento de combustíveis, toda e qualquer espécie de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças de reposição, pneus, acessórios, vidros e respectivos elevadores elétricos, capotaria, tapeçaria, estofaria, pintura, lanternagem, funilaria, lubrificação, equipamento de som, soldagem, cópias de chaves, borracharia, desempenho de jantes de qualquer espécie, alinhamento de direção, balanceamento de rodas, transporte por guincho, socorro 24 horas, lavagem/higienização e demais serviços de gerenciamento de toda frota de veículos e equipamentos da UFVJM.

Considerando que a UFVJM possui Campus em Diamantina, Teófilo Otoni, Unaí e Janaúba, além de realizar viagens em todo território nacional, para que se possa atender a exigência legal do cumprimento dos prazos processuais dentro de vasto território, os veículos utilizados necessitam de uma rede credenciada, pela futura contratada, para atendimento de serviços de manutenção e abastecimento em diferentes municípios, em âmbito nacional, conforme a distribuição dos veículos nos municípios sedes da UFVJM que pode ser observado no Anexo II e os Estados da Federação onde os veículos trafegam com mais intensidade ANEXO III.

O Documento de Formalização de Demanda (SEI [0598289](#)) apresentou como justificativa da necessidade da contratação:0

As atividades de Manutenção Veicular Preventiva e Corretiva, bem como o Abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos movidos à combustão são essenciais para o pleno funcionamento da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, ainda mais ao se considerar que possui quatro campi em cidades distintas.

A adoção de sistema informatizado para o gerenciamento do abastecimento e manutenção da frota da UFVJM, bem como os serviços de telemetria, rastreamento e monitoramento, representam importante instrumento de controle de gastos, ensejando uma maior racionalidade e eficiência no uso do dinheiro público.

A UFVJM baseia-se em modernos princípios de administração, pautando a aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio. A contratação de empresa para Gestão de Abastecimento e Manutenção, por meio de sistema informatizado e de cartão eletrônico via Web e o sistema de rastreamento, reduzirão os custos com mão de obra direta, proporcionará um melhor controle orçamentário e financeiro, maior agilidade e acuracidade na elaboração de relatórios e transparência na execução dos serviços.

O serviço de gestão de frota tem-se demonstrado simples e eficiente, proporcionando segurança e agilidade, tanto na utilização dos serviços mencionados, quanto no gerenciamento das informações pertinentes, aumentando assim o controle sobre os custos de cada veículo e a adoção do rastreamento/monitoramento via GPS está amparada na imprescindibilidade de monitorar/rastrear os veículos oficiais da instituição, conferindo maior controle das rotas realizadas, economicidade no uso do bem, prevenção de roubos, furtos e outros eventos que causem danos ao erário.

O serviço de gestão de frota propiciará à UFVJM a disponibilidade de postos de combustíveis sob várias bandeiras, cabendo ao usuário e gestor da frota a escolha de postos credenciados que possuam o menor preço unitário praticado na venda de combustível, e em adequada localização para as atividades administrativas e acadêmicas realizadas pela Instituição.

As manutenções preventivas e corretivas precisam estar asseguradas em oficinas de mecânica em geral, por todo o território nacional, para garantir maior segurança, conforto, praticidade e operacionalidade nas atividades que demandam a utilização de veículos pela UFVJM.

Ressalta-se que o transporte, seja de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, as atividades acadêmicas e outras demandas, são de fundamental importância no apoio às atividades-meio e fim desta Universidade.

Em complemento, sabe-se que os estabelecimentos (postos) que comercializam combustíveis, em regra, disponibilizam os serviços de lavagem simples e completa, troca de óleo e filtros, e serviços de borracharia, que podem ajudar na manutenção adequada e preventiva da Frota da Universidade.

Os serviços de manutenção são essenciais para a preservação da funcionalidade dos veículos oficiais da UFVJM, bem como contribuem para o bom funcionamento dos mesmos, aumentando sua vida útil.

A ausência dos serviços aqui pleiteados comprometeria as atividades institucionais da UFVJM, não possibilitando que seus usuários realizassem o uso dos veículos oficiais com segurança e conforto, bem como a necessária utilização de máquinas e equipamentos movidos à combustão.

A terceirização dos serviços de manutenção veicular e máquinas/equipamentos com monitoramento e rastreamento através de GPS, no âmbito da administração pública federal, constitui-se em uma alternativa necessária para a melhoria do desempenho da gestão das atividades relacionadas ao transporte e demais atividades da instituição.

3. ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEL

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração - Diamantina	Felipe Rodrigues Maynart
Diretoria de Administração do Campus de Janaúba - Janaúba	Antônio Carlos Guedes Zapallá
Diretoria de Administração e Planejamento do Campus Mucuri - Teófilo Otoni	Wellington Costa de Oliveira
Diretoria de Administração do Campus de Unaí - Unaí	Wesley Esdras Santiago

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

NATUREZA DO SERVIÇO

O serviço a ser contratado se enquadra como serviço de natureza continuada, tais serviços, conforme art. 15 da IN 05/2017 são aqueles que:

(...) visam atender à **necessidade pública** de forma **permanente e contínua**, por mais de um exercício financeiro, **assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade**, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Os serviços objeto desta contratação possuem natureza continuada, que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do cumprimento da missão institucional. A prestação do serviço de Gestão de Frotas é uma necessidade permanente e contínua da UFVJM e sua interrupção poderia comprometer o cumprimento da missão institucional desta instituição.

O serviço também é considerado sem dedicação exclusiva de mão de obra, ou seja, aquele no qual não há alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão, nem dedicação exclusiva. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Para que a UFVJM possa ter as suas necessidades pelos serviços objeto deste estudo atendidas, a empresa contratada deverá:

Possuir ampla rede de estabelecimento credenciada (postos de abastecimento, autopeças, oficinas de manutenção veicular e limpeza/higienização) em âmbito regional e nacional.

Realizar o gerenciamento da aquisição dos combustíveis (análise de quilometragem, controle da utilização dos cartões) e dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, inclusive com fornecimento do serviço de guincho.

Disponibilizar em tempo real, on line, via sistema informatizado, de todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada abastecimento e serviços de manutenção preventiva e corretiva realizada, para visualização e controle pelo gestor e fiscalização do contrato.

Disponibilizar cartões magnéticos ou microprocessados identificadores.

Atender às normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Fornecer a cada Unidade da UFVJM das informações de despesas com a sua frota.

INSTRUMENTO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

O instrumento aplicável à esta contratação, considerando as atribuições relacionadas a futura contratada é o contrato administrativo.

O período inicial de contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante justificativa e no interesse da Administração, limitado a 60 (sessenta) meses, de acordo com o previsto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

No ato da assinatura do contrato a empresa deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Declaração se comprometendo que, no prazo de 30 dias corridos após a assinatura do contrato, haja a efetivação do credenciamento da rede de postos de combustíveis e oficinas, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades.

b) Declaração se comprometendo a pagar diretamente pelos serviços respectivos de abastecimento e manutenção aos postos e oficinas mecânicas credenciados, de acordo com os prazos contratuais firmados entre a empresa fornecedora e o estabelecimento credenciado, bem como a contratada se comprometerá a não cobrar preços abusivos pelos serviços fornecidos pelas empresas credenciadas (postos, autopeças e oficinas), baseando seus preços de acordo com os praticados no mercado, para que esses preços não se reflitam em onerosidade à UFVJM, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades.

c) Declaração de que os valores cobrados dos estabelecimentos credenciados não excederão o preço médio e o tempo de pagamento compatível com outras vendas em cartões de crédito, tendo em vista que esses valores cobrados pela contratada terão interferência direta nos valores cobrados pela empresas na prestação de seus serviços.

Quando da assinatura do contrato, a empresa terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para comprovar, através de documentos e teste prático do sistema informatizado (a documentação exigida referente ao sistema poderá ser enviada por e-mail, assim como o teste prático poderá ser feito via telepresença, de forma remota ou via ligação telefônica), sob pena de rescisão contratual e demais penalidades, o seguinte:

a) Folder e manual explicativo do sistema;

b) Relatórios fornecidos pelo sistema;

c) Manual de utilização dos softwares de gerenciamento e de consolidação de dados redigidos em português;

d) Descrição técnica dos procedimentos e utilização do sistema e das suas operações compreendendo a administração e gerenciamento da frota, bem como das diversas disposições de suporte oferecidas aos usuários e gestores para melhor aproveitamento operacional;

e) Em relação à segurança, deverá ser comprovado que o sistema informatizado possui as seguintes funcionalidades:

1) Uso do cartão para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário;

2) O bloqueio do uso do cartão de veículo/usuário deverá ser em tempo real, a partir da base operacional, mediante rotina/senha específica.

f) Deverá ser possível a troca periódica ou validação de senha pessoal;

g) O cancelamento/alteração dos limites do cartão somente poderá ser feito por pessoa credenciada na base operacional da UFVJM no sistema WEB;

h) O uso indevido de cartão de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha e as despesas efetivadas serão pagas pela empresa Contratada;

i) Cada veículo deverá possuir seu próprio cartão e cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada;

j) Os cartões deverão ser protegidos até a entrega no endereço da Contratante e o desbloqueio deverá ser efetuado pelo gestor autorizado pelo sistema.

A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), foi proposto um modelo que consta no Anexo VI, que estabelece medições com base na em indicadores de abastecimentos e manutenções bem sucedidos.

Por ocasião de eventual encerramento ou rescisão do ajuste, os documentos relativos a toda a gestão da frota deverá permanecer disponível para a UFVJM.

Não será concedido reajuste sobre o valor da taxa de administração, durante o prazo de vigência do contrato, tampouco nas prorrogações de contrato.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Todos os processos envolvidos na execução desse objeto sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos de preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

Os critérios de sustentabilidade devem ser adotados pela Contratada e pelos estabelecimentos credenciados na prestação dos serviços, observando, no que for cabível:

I - O Decreto 7.746, de 05 de junho de 2012, na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais.

II - A Lei no 12.305, de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

III - A Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010.

IV - O Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

V - A Instrução Normativa 10, de 12 de novembro de 2012.

Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, a contratada, assim como os estabelecimentos credenciados devem seguir, naquilo que couber, as seguintes diretrizes ao longo da execução contratual:

I - Menor impacto sobre os recursos naturais,

II - Preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

VI - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;

VIII - Utilizar, quando cabível, no todo ou em parte, material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme normas da ABNT;

IX - Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

X - Não utilizar produtos que contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada;

XI - Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme art. 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010, art. 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

XII - Separar e acondicionar, em recipientes adequados para destinação específica, as baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

XIII - Adotar medidas para evitar o desperdício de água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização, em conformidade com o Decreto no 48.138, de 08 de outubro 2003;

XIV - Utilizar pilhas e baterias com composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA no 401 de 04 de novembro de 2008;

XV - Racionalizar o consumo de energia elétrica, com utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;

XVI - Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva, conforme legislação específica;

XVII - Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

XVIII - Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Secretarias Municipais de Meio Ambiente, quando houver, em especial a Lei no 8.723/93, Resolução CONAMA no 16/9316, Legislação Estadual e Municipal, quando houver;

XIX - Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

XX - Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

XXI - Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

XXII- O INMETRO estabeleceu os Requisitos para o Programa de Avaliação da Conformidade para pneus novos, destinados a motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados, com foco na segurança e desempenho, por meio do mecanismo de certificação, visando a prevenção de acidentes e aumento da eficiência energética. Estabeleceu, portanto, espécie de etiquetagem compulsória para pneus novos que aborda critérios de desempenho na água, consumo de combustível e ruído.

XXIII - Não utilizar, na execução dos serviços, qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/09/2000.

XXIV - Utilizar recursos materiais que atendam à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

XXV - Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam as classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

XXVI - Quando inevitável o uso de substâncias que destroem a camada de ozônio, na execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDOs, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, obedecendo a suas diretrizes.

XXVII - A qualquer tempo, a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade.

A contratação também requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência, tendo em vista o disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – DECOR/CGU/AGU de 2021 (4ª ed.).

A contratada deverá:

Disponibilizar, quando solicitado pela contratada, relatórios demonstrando objetivamente as políticas sustentáveis que comprovem menor impacto ambiental, controle de emissão de gases, descarte de resíduos (óleo, pneus, peças plásticas, de vidro e metálicas), sistemas de reutilização de água e adequada lavagem de peças, entre outros.

Adotar, como fornecedores e rede credenciadas, empresas que possuam programa em Logística Ambiental Reversa, propiciando o correto descarte das peças e/ou componentes utilizados na manutenção da frota, quando for o caso.

JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Em função da especificidade do objeto da presente licitação, composto exclusivamente por itens utilizados no dia a dia da Administração, de baixo nível de complexidade, optou-se pela vedação à participação de empresas reunidas em consórcio. A experiência prática tem demonstrado que a não vedação se justificaria apenas em licitações que envolvam serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o presente caso.

A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços objeto deste processo, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 8.666/93, que em seu artigo 33 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

Ressalte-se que a decisão com relação à vedação à participação de consórcios, para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/carteis para manipular os preços nas licitações.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Relativamente às soluções de mercado, foi possível, a partir do levantamento feito em editais de contratações de serviços em outros órgãos públicos, identificar o disposto na tabela a seguir:

Solução nº	Descrição
01 - UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	Serviços de administração e gerenciamento, por meio de sistema informatizado, e de serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva, incluindo reboque por guincho, limpeza, higienização e aquisição de peças genuínas e/ou originais, acessórios, componentes e outros materiais recomendados pelos fabricantes. Pregão Eletrônico 11/2021
02 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO	Prestação de serviços de gerenciamento informatizado da frota através da internet, com tecnologia de cartão eletrônico, visando manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, e serviços e combustíveis, em rede especializada/credenciada. Pregão Eletrônico 032/2019
03 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO	Contratação de serviços especializados em manutenção preventiva e corretiva mecânica, elétrica, funilaria, tapeçaria e pintura em geral, bem como o fornecimento de peças e acessórios, originais ou similares de 1ª linha com garantia de fábrica de 01 ano, conforme as especificações e condições gerais de fornecimento contidas no Anexo I (Termo de Referência). Pregão Eletrônico 14/2016
04 - TCU	Fornecimento parcelado de combustíveis à frota de veículos oficiais do Tribunal de Contas da União, em Brasília-DF, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Pregão Eletrônico 56/2011

As soluções de nº 03 e 04 não seriam eficientes, pois demandariam outras contratações em diferentes localidades, considerando que os veículos poderiam apresentar problemas em qualquer lugar do Brasil, assim como demandam combustíveis em diferentes localidades.

A solução 01 atenderia, parcialmente as necessidades da UFVJM ficando pendente o fornecimento de combustível.

A solução 02 que se traduz no gerenciamento informatizado com manutenções e fornecimento de combustível é a mais adequada às necessidades da UFVJM.

O modelo de contratação de serviço de gerenciamento de frota está amplamente consolidado no mercado e adotado pelos órgãos da Administração pública, considerando as vantagens descritas abaixo:

- Proporciona flexibilidade do sistema de serviço de manutenção, fornecimento de peças e abastecimento;
- Permite o aperfeiçoamento dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise dos dados;
- Permite o gerenciamento de aquisição de combustíveis por empresa especializada em gestão, o que proporciona ganho de eficiência;
- Padronização dos serviços prestados;
- Proporciona atendimento tempestivo das demandas, em especial quando da necessidade de deslocamentos dos veículos pelo território do estado, ou em âmbito regional e nacional;
- Evita a delimitação de localização de oficinas e dos postos de combustíveis que possam atender a frota, considerando que a prestadora de serviços deverá disponibilizar a maior abrangência da rede de postos e oficinas credenciados;
- Proporciona segurança por meio de utilização de senha eletrônica;
- Proporciona maior controle de despesas e pagamento, o que facilita a fiscalização do contrato;
- Viabiliza centralização dos serviços por única gerenciadora, possibilitando que pequenos estabelecimentos, possam se credenciar junto a empresa gerenciadora e passe a fornecer combustível e peças e prestar serviço de manutenção e guincho/reboque à Administração Pública.
- Proporciona redução de despesas administrativas relativas ao controle de frota;
- Evita a execução de mais de um processo licitatório e a gestão de vários contratos;
- Permite a prorrogação do contrato por ser classificado com serviço continuado no âmbito da UFVJM.

A gestão de frota, por meio de sistema informatizado, é um modelo de contratação que atualmente está presente em uma grande parte da administração pública, visto o alto grau de eficiência na prestação dos serviços, a exemplo, das Instituições relacionadas no Documento (SEI! [0728553](#))

Em resumo, diante das vantagens descritas acima e diante da experiência de sucesso deste órgão nas contratações anteriores, concluiu-se do estudo que o modelo de “gerenciamento eletrônico de frota” para a prestação do serviço de abastecimento e manutenção veicular a UFVJM se mostra como o mais adequado.

Para que seja possível realizar a contratação por meio da execução indireta, os serviços a serem contratados devem enquadrar-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispôs sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

O Decreto nº 9.507 em seu art. 2º definiu que “ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação”. Por meio da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, foram estabelecidos os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no referido artigo do Decreto citado. A Portaria traz uma lista de atividades no art. 1º:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

[...]

XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;

Parágrafo único. **Outras atividades** que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, **desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.**

Em conformidade ao parágrafo único do art. 1º da referida portaria, destacam-se a seguir as vedações à contratação indireta na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional dispostas no Decreto nº 9.507/2018:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.

Verifica-se que a contratação em apreço, s.m.j., não implica em qualquer tipo de violação ao texto do artigo 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, sendo uma contratação usual nas entidades e órgãos da Administração Pública.

Confirmada a possibilidade de execução indireta do serviço demandado, restam três alternativas para a execução da demanda em tela, realização de processo licitatório ou possibilidade de dispensa ou inexigibilidade licitatória.

Conforme disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Art. 37, Inc. XXI da Constituição Federal de 1988).

A contratação em apreço não se enquadra nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade elencadas pela Lei 8.666/93, devendo ser precedida de processo licitatório.

O art. 3º da Lei 8.666/93 estabelece:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520:

Art. 1º Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

A Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES em seu art. 14, parágrafo único estipula ainda que a classificação como comum independe da complexidade do serviço, bastando que ele possa ser objetivamente definido no edital:

Art. 14. Os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.

Parágrafo único. Independentemente de sua complexidade, os serviços podem ser enquadrados na condição de serviços comuns, desde que atendam aos requisitos dispostos no **caput** deste artigo.

Por se tratar de um serviço comum, cujo padrão de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos, a licitação e dará na modalidade pregão, do tipo eletrônico, que encontra fundamento no parágrafo único do artigo 1º e no § 1º do artigo 2º da Lei nº 10.520/2002:

Art. 1º Para aquisição de **bens e serviços comuns** poderá ser adotada a **licitação na modalidade de pregão**, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 2º (VETADO)

§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Da mesma forma, restam atendidos o §3º do artigo 1º do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

[...]

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

O Pregão Eletrônico pode ser tradicional ou por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP.

Em um pregão tradicional, a licitação tem por finalidade uma compra ou contratação específica. Após o procedimento licitatório e assinatura do contrato administrativo, o objeto é entregue ou executado e o processo é encerrado.

Por outro lado, a licitação por SRP destina-se a registrar preços de fornecedores, que assumem o compromisso de entregar os bens ou executar os serviços durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e nas condições nela estipuladas, para contratações eventuais futuras, que poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias, dentro do prazo de validade da ata, respeitadas as condições nela estipuladas.

A utilização do sistema de registro de preços somente deve ser adotada quando há justificativa embasada nas disposições do art. 3º do Decreto 7.892/2013:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços **poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:**

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso em apreço, por se tratar de um serviço continuado e não sendo apresentadas justificativas para a adoção do sistema de registro de preços, o tipo de licitação a ser adotado é o **pregão tradicional**.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO;

A demanda inicial contemplava a contratação de serviços de administração/gerenciamento da frota e dos demais equipamentos a combustão da instituição e serviços de rastreamento e monitoramento veicular com cobertura nacional, através de GPS, incluindo:

- Fornecimento de combustíveis
- Manutenção preventiva e corretiva
- Monitoramento/Rastreamento/Telemetria
- Ressarcimento de pedágios

No curso deste planejamento, foram realizadas discussões entre a equipe de planejamento, levantamentos junto a empresas do ramo, busca de contratações similares, bem como, questionamentos à área demandante para delineamento da melhor solução a ser contratada

para a UFVJM.

Neste quesito, por meio do OFÍCIO Nº 231/2022/PLAN/DIPLAC/PROPLAN (SEI! [0701419](#)) foram realizados questionamentos aos membros da equipe de planejamento indicados pelo requisitante em relação à demanda de pagamento de pedágios por meio de transmissor de radiofrequência e de rastreamento com serviço de telemetria, rastreamento e monitoramento de veículos e equipamentos.

Por meio do "Documento DMT p/ análise e deliberação da Administração (SEI![0702962](#))", foram apontadas considerações sobre o tema e o assunto foi submetido à análise e deliberação da Diretoria de Administração, demandante do processo em tela.

A Diretoria de Administração apresentou resposta por meio do OFÍCIO Nº 115/2022/DIRADM/PROAD (SEI![0709663](#)), posteriormente encaminhado junto ao OFÍCIO Nº 39/2022/DMT/DIRADM/PROAD (SEI![0710079](#)) pelos membros da equipe citados acima.

Em um levantamento preliminar junto a empresas prestadoras do serviço de Gestão de Frotas (SEI![0701418](#)) verificou-se que a prestação do serviço de rastreamento/monitoramento não é usual às empresas do ramo de Gestão de Frotas, dos fornecedores consultados que apresentaram resposta nenhum realiza a prestação direta deste tipo de serviço.

Com relação ao serviço de Gestão de Frotas verificou-se que a prestação do serviço de pedágio e rastreamento/monitoramento não é usual às empresas do ramo de Gestão de Frotas. Apenas um fornecedor apresentou possibilidade de prestar o serviço através de subcontratação.

Nesse sentido, a partir de todo o exposto e após análise criteriosa dos itens demandados, a Diretoria de Planejamento das Contratações apresenta as seguintes decisões quanto ao objeto do processo em tela:

Demanda de Rastreamento com serviço de telemetria, rastreamento e monitoramento de veículos e equipamentos

Quanto à demanda de rastreamento com serviço de telemetria, rastreamento e monitoramento de veículos e equipamentos, a Diretoria de Administração apresentou a seguinte consideração por meio do OFÍCIO Nº 115/2022/DIRADM/PROAD (SEI![0709663](#)):

Tal solução foi pensada visando um controle mais efetivo das rotas realizadas pelos veículos oficiais, proporcionando transparência através da disponibilização de um módulo para consulta pública, o que permitiria maior rastreabilidade das movimentações operacionais de cada veículo.

Porém, pensando na celeridade do processo e diante da dificuldade de encontrar empresas prestadoras do serviço de gestão de frotas que forneçam os serviços de pagamento de pedágios e de rastreamento e monitoramento de veículos e equipamentos, tendo em vista o tempo restante para finalização dos contratos vigentes relativos ao assunto, na UFVJM e a possibilidade de descontinuidade do serviço, **solicito que tais demandas não sejam contratadas através da licitação planejada no processo em epígrafe.**

Neste contexto a Central de Compras do Governo Federal iniciou o projeto **TRANSPORTE.GOV.BR**, se apresentando como uma evolução do TáxiGov, transporte terrestre administrativo para os órgãos da Administração Pública Federal Direta localizados em todo o país. O Transporte GOV.BR será um serviço para o deslocamento de servidores públicos e colaboradores eventuais, mas também para uso e gerenciamento da frota própria e locada dos órgãos.

Em relação à Gestão de Frota, a solução da Central de Compras abrangerá solução de gestão de veículos próprios e locados dos órgãos públicos e conforme apresentação realizada pela Central de Compras (<https://www.youtube.com/watch?v=uPwob7FeN8g>), pretende-se contratar, como ferramenta inclusa ao sistema de gestão por meio de plataforma web, a instalação de um dispositivo nos veículos próprios e locados para coleta de informação sobre uso, serviço de georreferenciamento via sistema GPRS e GPS, telemetria para acompanhamento e levantamento da frota da Administração. Na apresentação, é explicada a vantagem de tal sistema em comparação com rastreamento via satélite, principalmente em relação aos custos envolvidos.

A contratação será realizada para toda a Administração Pública Direta Federal, sendo necessário aos órgãos da Administração Indireta realizar a adesão à Ata de Registro de Preços após a Central de Compras permitir as adesões. A previsão é que o contrato de fornecimento de solução de gestão de frota seja assinado em agosto de 2022, tendo o serviço início em outubro.

Consideramos que a solução proposta atende aos anseios da unidade demandante e se dará em prazo compatível com o inicialmente demandado. Para maiores detalhes e acompanhamento da solução para futura adesão pela Diretoria de Administração, solicitamos que acompanhem o site do projeto, disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/central-de-compras/transporte-gov/transportegov>.

Nesse sentido, a demanda será desmembrada da contratação atual e sugerimos que haja acompanhamento permanente das informações disponibilizadas pela Central de Compras, visando a contratação no momento em que a solução estiver disponível.

A apresentação ressaltou que a solução da Central de Compras não abrange a contratação de fornecimento de peças e manutenção, sendo necessário aos órgãos manter essas contratações individualmente, portanto, esta necessidade será tratada pela equipe de planejamento.

Dessa maneira, a referida demanda também será desmembrada da contratação atual.

Demanda de pagamento de pedágios por meio de transmissor de radiofrequência

Em relação à demanda para o pagamento de pedágios por meio de transmissor de radiofrequência, em consulta às licitações para este tipo de demanda não localizamos esta forma de contratação por Instituições Federais de Ensino. O documento SEI XXX demonstra as

licitações localizadas ano 2020/2021/2022.

Na consulta às empresas que trabalham com gerenciamento de frota, apenas uma empresa se manifestou disposta à fornecer o serviço, no entanto, através de terceirização da demanda. Diante deste cenário esta demanda, caso fosse levada a termo, deveria ser realizada em item apartado da contratação de gestão de frota, visando ampliar a competitividade, evitar possível direcionamento e/ou licitação deserta e obter uma contratação mais vantajosa para a Administração Pública, não sendo possível, atender ao pretendido no item 7.6 do Documento de Formalização de Demanda, qual seja, a unificação contratual.

Deve ser considerado ainda, que a contratação de empresa, para gerenciamento de pedágios, irá gerar custos superiores nesta natureza de despesas, considerando que atualmente os pedágios são pagos através de ressarcimento, além disso os valores envolvidos são ínfimos para justificar a contratação de empresa para gerenciar este serviço, pelo que não recomendamos a terceirização deste serviço.

A DIPLAC sugere que seja realizada consulta formal à Divisão de Contratos sobre a possibilidade de realização de aditivo ao atual contrato de motoristas terceirizados para contemplar o ressarcimento relativo aos pedágios.

No entanto, caso não seja possível aditar o contrato citado, de forma a evitar aumento de gastos públicos, sugerimos que o ressarcimento continue sendo realizado em obediência à Resolução 21/2014/CONSU (SEI! [0693168](#)) que estabelece em seu art. 7º, inciso VI:

Art. 7º Compete ao servidor requisitante da viagem:

VI – providenciar os recursos necessários para pagamento de pedágios e posteriormente encaminhar o pedido de reembolso junto à PROAD/PROPLAN.

Dessa maneira, a referida demanda também será desmembrada da contratação atual.

Demanda de gerenciamento da frota

O objeto deste estudo compreende a contratação de serviços de gestão da frota e dos demais equipamentos a combustão da UFVJM, por meio de sistema informatizado, para fornecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para a frota de veículos oficiais sob responsabilidade da UFVJM.

A implantação pela contratada do sistema de gerenciamento e dos demais dispositivos de utilização tais como cartões magnéticos ou eletrônicos, equipamentos periféricos necessários ao funcionamento do sistema, compreendem, entre outros especificados no Termo de Referência:

Planejamento e levantamento de dados da frota; Cadastramento dos veículos e usuários; Estudo da logística da rede de atendimento; Estrutura de gestão; Créditos aos veículos; Implantação dos sistemas tecnológicos; Distribuição dos equipamentos periféricos do sistema; e Treinamento de usuários e gestores.

Os serviços serão executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que a contratação não se baseia no número de postos a serem alocados, mas sim na quantidade anual estimada de gastos com combustível e manutenção veicular, sendo as atividades executadas sob demanda.

O regime de execução dos serviços será a Empreitada por Preço Unitário.

Justifica-se a adoção de tal regime pelo fato de não se possuir precisão quanto aos quantitativos totais a serem efetivamente executados, sendo os serviços, portanto, contratados por preço certo de unidades determinadas;

A execução dos serviços se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições, a fim de quantificar o que foi efetivamente executado, bem como os correspondentes valores devidos;

A quantificação/medição será realizada com base nos valores dos fornecimentos de combustíveis e afins e manutenções realizadas, devidamente atestados pela Fiscalização.

Serão licitados os seguinte itens:

Abastecimento da frota de veículo terrestre, implementos agrícolas e máquinas movidas a combustão

Item 01 - Fornecimento de combustível: gasolina, etanol.

Item 02 - Fornecimento de combustível: Óleo diesel, arla.

Item 03 - Fornecimento de combustível: Aditivos e lubrificantes.

Serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva frota de veículo terrestre, implementos agrícolas e máquinas movidas a combustão

Item 04 - Fornecimento de peças.

Item 05 - Manutenção preventiva e corretiva.

Taxa de gerenciamento do sistema

Item 06 - Gerenciamento/Administração.

Os itens 01, 02, 03, 04 e 05 serão licitados com base no maior Percentual de Desconto, a incidir sobre os valores das Notas Fiscais a serem emitidas pela Contratada;

O item 06 será licitado com base na menor Taxa de Administração, a incidir sobre os valores de fornecimento de combustíveis e dos serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva, já previamente subtraídos o percentual de desconto referentes aos fornecimentos.

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

O fornecimento de combustível será efetuado em todo o território nacional, principalmente no Estado de Minas Gerais onde a Contratante atua (Diamantina, Curvelo, Unaí, Janaúba e Teófilo Otoni).

Os serviços de manutenção deverão ser disponibilizados nos municípios do Estado de Minas Gerais onde a CONTRATANTE atua (Diamantina, Curvelo, Unaí, Janaúba e Teófilo Otoni), onde deverá obrigatoriamente existir disponibilidade dos serviços, com no mínimo:

03 (três) postos de abastecimento;

03 (três) pontos de lavagem de veículos;

03 (três) oficinas mecânicas;

03 (três) lojas de autopeças;

serviço de reboque.

A UFVJM tem sede nas cidades de Diamantina, Curvelo, Teófilo Otoni, Unaí e Janaúba. Contudo, atende a viagens intermunicipais e interestaduais, para conduzir estudantes, professores e servidores técnicos administrativos em atividades acadêmicas e administrativas em todo o território nacional;

A Contratada deverá possuir, no mínimo 03 (três) estabelecimentos credenciados no perímetro urbano dos municípios sede dos Campi, afim de minimizar os custos de deslocamentos para realização das manutenções e abastecimentos;

A relação de veículos oficiais pertencentes à frota da Contratante, no âmbito do estado de Minas Gerais, está disposta no Anexo I, podendo sofrer alterações por aquisições ou alienações no decorrer do período de vigência do Contrato de execução dos serviços;

As alterações quantitativas sofridas, por qualquer motivo, na frota de veículos da Contratante, não acarretarão por si só em alteração contratual. As alterações qualitativas poderão ser objeto de negociação, desde que comprovadamente pela Contratada, um novo veículo não possa ser inserido no Contrato em vigor, sem prejuízo de eventual alteração da avença;

Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas, concessionárias e postos de abastecimento conveniados pela CONTRATADA, estarão sujeitos à aceitação da UFVJM, na pessoa do Gestor de Frota, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso;

A credenciada pela Contratada deverá disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos da Contratante, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo Gestor de Frota ou pela comissão especialmente designada pela autoridade competente da Contratante;

A Contratada deverá disponibilizar a relação das empresas que estejam cadastradas para prestar os serviços no sistema de Administração e Gerenciamento;

No período em que veículo estiver em oficina da conveniada da Contratada, a mesma se responsabilizará por quaisquer danos ou mal uso do veículo;

A Contratada responsabilizar-se-á por todo e qualquer ato lesivo à frota da UFVJM, causado por alguma das empresas conveniadas, na prestação dos serviços ou nos fornecimentos;

Para que a UFVJM possa ter as suas necessidades pelos serviços objeto deste estudo atendidas, a empresa contratada deverá:

Disponibilizar, através de suas redes e/ou oficinas conveniadas, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios nas quantidades e qualidades necessárias à execução dos serviços;

A Contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da emissão da Ordem de Serviço, para cadastrar novos estabelecimentos e adequar sua rede às necessidades estabelecidas.

Possuir credenciados, para fornecimento de combustível, estabelecimentos que possuam garantia do menor preço praticado no mercado local do abastecimento.

O serviço de abastecimento será realizado na frota de veículo terrestre, implementos agrícolas e máquinas movidas a combustão.

Possuir credenciados, para execução dos serviços de manutenções, estabelecimentos que possuam, no mínimo:

- a) Mecânico de automóvel;
- b) Eletricista de automóvel;
- c) Pintor de automóvel;
- d) Funileiro;
- e) Equipamento computadorizado e moderno que permita a leitura e o rastreamento de todo sistema de injeção eletrônica em todos os veículos que compõem a frota da UFVJM;
- f) Equipamento para regulação eletrônica de motores;
- g) Equipamento para limpeza de bicos injetores (ultrassom);
- h) Manômetros (medição de pressão do óleo, pressão de linha de combustível e compressão de cilindros);
- i) Analisador multigás para controle de emissões;
- j) Analisador multifunção do sistema de arrefecimento;
- k) Analisador multifunção de motores;
- l) Regulador eletrônico de faróis;
- m) Equipamento para alinhamento de direção óptico ou computadorizado;
- n) Equipamentos indispensáveis aos serviços de lanternagem, tais como esticador hidráulico e mecânico, cyborg, solda mig e repuxador; lixadeiras, esmerilhadeiras, cortador, politriz e etc;
- o) Elevador para automóveis, com capacidade mínima de 2,0 a 2,5 toneladas de carga;
- p) Elevador para automóveis médios/pesados, com capacidade mínima de 4,0 a 5,0 toneladas;
- q) Equipamento Computadorizado para balanceamento de rodas;
- r) Estoque de peças, acessórios e componentes que assegurem rapidez na execução de serviços nos veículos do órgão;
- s) Câmara apropriada para pintura de veículos, atendendo às seguintes exigências mínimas:
 - s.1) Ter capacidade para pintura de todos veículos e utilitários;
 - s.2) Atender normas básicas de segurança, qualidade e controle ambiental, sendo dotada de sistema de filtragem de particulados ("nuvem de tinta") provenientes da pintura.
- t) No mínimo, 01 (um) veículo guincho tipo prancha ou subcontratado, com assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias na semana, inclusive finais de semana, em todo o país.

Capacidade para realizar, no mínimo:

I - Manutenção leve:

- a) Reposição do nível da solução para esguicho do limpador de para-brisas;
- b) Reposição do nível de solução para sistema de arrefecimento;
- c) Reposição do nível de óleo do motor;
- d) Serviço de conserto/troca de pneus e câmaras;
- e) Serviço de lavagem parcial e completo nos veículos da frota;
- f) Serviços de troca de óleo de câmbio, diferencial e do motor;
- g) Serviço de troca de filtros de óleo, de ar e de combustível;
- h) Serviço de estofamento / capotaria;

II - Serviços de manutenção mecânica/elétrica:

- a) Motor;
- b) Sistema de freios;
- c) Sistema de embreagem, inclusive a caixa de marcha;

d) Sistema de alimentação e injeção eletrônica a gasolina e a álcool;

e) Sistema de alimentação e injeção a diesel;

f) Sistema de transmissão;

g) Sistema de direção;

h) Sistema de suspensão;

i) Sistema elétrico em geral;

j) Sistema de arrefecimento e ventilação.

III - Serviços de soldagem, funilaria, lanternagem e pintura em geral;

IV - Serviços de retífica de motor e componente, discos e campanas de freios;

V - Serviços de alinhamento e balanceamento, incluindo troca de bicos, desempenho de rodas, cambagem, cárter e convergência e demais manutenções;

VI - Adesivagem/adesivos, plotagem, envelopamento automotivo e afins, nos padrões da Administração Pública Federal;

VII - Serviços de cópia de chaves simples e codificadas, assim como de abertura de portas e fechaduras de veículos automotores e cartões de ignição automotiva;

VIII - Serviços de confecção e instalação de placas de identificação e tarjetas para todas as marcas e modelos de veículos da Contratante, ou a seu serviço, no padrão estabelecido pelo CONTRAN, cujos valores cobrados não poderão exceder aquele verificado em pesquisa junto às empresas credenciadas no DETRAN para esse fim, acrescidos da taxa de autorização para emissão de placas, emitida pelo DETRAN, caso haja;

IX - Serviços de colação e retirada de películas de controle solar para veículos automotores.

X - Quaisquer outras manutenções inerentes aos veículos pertencentes a frota oficial da Contratante.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

DISCRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS/ SERVIÇOS

Fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool, diesel, arla);

Fornecimento de Produtos afins (querosene, arla 32, anticorrosivo, aditivo para radiador, filtro de combustível e óleo, pito(válvula) de pneu de diversos números, pneu, lubrificantes, cera e estopa, etc);

Prestação de serviços de consertos e rodízios de pneus.

Manutenção Preventiva ou Leve compreende todos os serviços executáveis em postos de abastecimento e/ou oficinas reparadoras de auto, são exemplos:

Consertos de pneus (serviços de borracharia); Troca de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas; Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento; Lubrificação de veículos; Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador; Substituição de itens do motor; Limpeza de motor e bicos injetores; Regulagens de bombas e bicos injetores; Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos.

Manutenção Corretiva ou Pesada compreende todos os serviços executáveis em oficinas reparadoras de automóvel ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficientes de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais, são exemplos:

Mecânicos; Elétricos; Pintura e funilaria; Injeção eletrônica; Capotaria; Ar-condicionado; Reboque de veículos; Serviços de retífica de motor; Montagem e desmontagem de jogo de embreagens; Tapeçaria; Serviços no sistema de arrefecimento; Outros serviços no manual dos veículos e/ou equipamentos.

Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a UFVJM com relação aos veículos ainda em prazo de garantia, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas. Sempre que houver nova aquisição de veículos por parte da UFVJM, a Contratada será notificada para providenciar o credenciamento das concessionárias das respectivas marcas.

Fazem parte da contratação fornecimento de placa e serviço de emplacamento e serviços de lavagem/higienização dos veículos.

Os serviços de manutenção englobam o fornecimento de peças automotivas diversas.

O atendimento dos serviços de manutenção, bem como o fornecimento de materiais deverá ocorrer por meio de rede de oficinas e centros automotivos e pela rede de revendedores varejistas credenciados e disponibilizados pela Contratada, em horário comercial, nas quantidades mínimas estabelecidas pela Contratante.

DETALHAMENTO DO OBJETO

- a) Elaboração de relatórios gerenciais de controle das despesas de abastecimento, desvios de quilometragem, de consumo, de preços praticados nos postos credenciados, discriminados por veículos da frota da UFVJM (Anexo I).
- b) Disponibilização de cartões individuais eletrônicos que viabilizem o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada veículo.
- c) Disponibilização de cartões individuais eletrônicos que viabilizem a identificação do motorista que está realizando a despesa, sendo um para cada veículo. Caso a empresa licitante não trabalhe com tecnologia de cartão magnético para a identificação do motorista, que disponibilize no sistema tecnológico fornecido, cadastro para os motoristas com identificação individual e atribuição de senha pessoal e intransferível.
- d) Equipamentos eletrônicos de leitura de dados para cartão eletrônico individual, nos estabelecimentos conveniados.
- e) Informatização dos dados de consumo no momento de abastecimento, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do condutor que realizou a transação, do estabelecimento, data e horário, tipos de combustíveis, lubrificantes, quantidade em litros, em reais (R\$), médias praticadas por veículo;
- f) O sistema tecnológico viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis e lubrificantes para os veículos/grupo gerador a serem contemplados, junto aos postos de abastecimento, por meio de cartão eletrônico;
- g) Permissão de acesso através da WEB (Internet), por meio de senha administrada pela Divisão de Transportes da UFVJM, permitindo parametrização de cartões e emissão de relatórios.
- h) Disponibilização de relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção nos veículos da frota da UFVJM discriminados no Anexo I;
- i) Disponibilização de cartões individuais eletrônicos ou magnéticos que viabilizam o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada veículo. Estes cartões serão utilizados em manutenções leves, em postos de combustível do tipo troca de bateria, compra de pneu, troca de palheta, troca de óleo, em situações de emergência como em viagens, onde não haja rede de manutenção credenciada. Se o sistema da empresa licitante permitir este tipo de manutenção emergencial através de sistema informatizado em postos de combustível em todas as localidades, não será necessário o fornecimento destes cartões;
- k) Informatização dos dados no momento da realização da manutenção, consubstanciado em relatórios, contendo: identificação do veículo, identificação do condutor, do estabelecimento, data e horário, identificação do defeito, discriminação do valor da mão de obra e das peças, em reais (R\$), disponibilizar possibilidade de realização de cotação em outros estabelecimentos credenciados;
- l) Permissão de acesso através da WEB (Internet), por meio de senha administrada pela Divisão de Transportes da UFVJM, permitindo parametrização de cartões e emissão de relatórios, encaminhamento de veículos às oficinas credenciadas e todo o processo para aprovação de orçamento e recebimento dos serviços;
- m) Disponibilização de sistema informatizado e integrado que deverá possibilitar o encaminhamento de pedidos de orçamentos, após o primeiro gerado, a todas as credenciadas localizadas no município em que o veículo realizará a manutenção, garantindo que as oficinas credenciadas possam utilizar e alimentar o sistema para apresentar os seus orçamentos e que seja possível a contratante solicitar outros orçamentos diretamente via sistema, de modo a permitir a transparência na aprovação de orçamentos dos serviços de manutenção;
- n) Disponibilizar, através de suas redes e/ou oficinas conveniadas, os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios nas quantidades e qualidades necessárias à execução dos serviços.

FLUXO OPERACIONAL

Disponibilizar rede de postos de abastecimento credenciados e equipados para aceitar transações com os cartões eletrônicos, em todo o território nacional, principalmente nas seguintes cidades: Diamantina, Curvelo, Unaí, Janaúba e Teófilo Otoni. Também, disponibilizar, pelo menos, um posto de abastecimento de combustíveis nas principais capitais brasileiras.

A discriminação da frota de veículos (Anexo I) e das localidades de maior tráfego (Anexo III) poderá sofrer acréscimo ou diminuição, acarretando alteração no consumo dos produtos ou serviços para mais ou para menos. Tal fato não poderá onerar a taxa de administração;

A UFVJM informará os limites de crédito para cada cartão, a fim de serem gastos com abastecimento;

A UFVJM realizará o controle dos limites de crédito para cada cartão, a fim de serem gastos com abastecimento. A UFVJM poderá alterar no sistema a quantidade de litros e o tipo de combustível por veículo.

A licitante vencedora deverá repassar a UFVJM todas as atualizações e alterações no sistema operacional de gerenciamento de frota de veículos utilizado nesta contratação;

Deverá haver o credenciamento de, no mínimo, 03 (três) unidades de fornecimento de combustíveis, lubrificantes, autopeças, produtos afins e prestação de serviços, que esteja localizada no perímetro urbano dos municípios sede dos Campi, a fim de minimizar os custos de deslocamento. Os postos de combustíveis devem possuir atendimento inclusive aos sábados, domingos e feriados;

No caso de, comprovadamente, não haver como credenciar o número mínimo de unidades de fornecimento/prestação de serviço em virtude do reduzido número de estabelecimentos no local, mediante comprovação, será exigido o credenciamento de, pelo menos, uma empresa para a realização de cada tipo de serviço/aquisição, nas condições acima estabelecidas.

Além dos locais indicados acima, a CONTRATADA deverá credenciar e tornar disponível, inclusive mediante solicitação da CONTRATANTE, outros estabelecimentos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos da UFVJM, dentro do estado de Minas Gerais, sempre que houver interesse da UFVJM, levando-se em consideração deslocamentos que se tornem rotineiros pela UFVJM, com rotas que eventualmente sejam impraticáveis para se chegar aos municípios indicados.

Endereço dos Campi sede da UFVJM:

UNIDADE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
Campus JK	Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba	Diamantina - MG - CEP: 39100-000
Campus I	Rua da Glória, 187 - Centro	Diamantina - MG - CEP: 39100-000
Campus Mucuri	Rua do Cruzeiro, nº 01, Bairro Jardim São Paulo	Teófilo Otoni - MG - CEP: 39803-371
Campus Janaúba	Avenida Um, nº 4.050, Cidade Universitária	Janaúba - MG - CEP: 39447-814
Campus Unaí	Av. Universitária nº 1000, setor 20, lote 500, quadra 200 – Bairro Universitários	Unaí - MG - CEP: 38610-000
Fazenda do Moura	Rodovia dos Cristais MG 754, s/n, km 07 - Sentido Cordisburgo Curvelo Bairro: Zona Rural	Curvelo - MG - CEP: 35790-000

A contratada deverá credenciar o maior número possível de postos de combustíveis nos municípios sede da UFVJM.

Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e da ocorrência de situações adversas como falta de energia elétrica, a licitante vencedora deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente. Este procedimento deve consistir na obtenção, por telefone, por parte da rede credenciada, do número da autorização de abastecimento a ser transcrito para formulário específico da licitante vencedora, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais da UFVJM.

Disponibilização de rede de fornecedores de autopeças e prestadoras de serviços em veículos automotivos, credenciadas. Nas cidades de Diamantina, Curvelo, Teófilo Otoni, Unaí e Janaúba, deverá haver, no mínimo, 03 (três) oficinas credenciadas, além de 03 (três) pontos de lavagem de veículos.

No caso de, comprovadamente, não haver como cumprir esse requisito em virtude do reduzido número de estabelecimentos no local, será exigido o credenciamento de, pelo menos, uma empresa para a realização de cada tipo de serviço/aquisição.

Além dos locais indicados acima, a CONTRATADA deverá credenciar e tornar disponível, mediante solicitação da CONTRATANTE, outros estabelecimentos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos da UFVJM, dentro do estado de Minas Gerais, sempre que houver interesse da UFVJM, levando-se em consideração deslocamentos que se tornem rotineiros pela UFVJM, com rotas que eventualmente sejam impraticáveis para se chegar aos municípios indicados.

A contratada deverá credenciar o maior número possível de fornecedoras de autopeças e prestadoras de serviços em veículos automotivos, nos municípios sede da UFVJM.

A discriminação da frota de veículos deste da UFVJM encontra-se no Anexo I, a qual poderá sofrer acréscimo ou diminuição, acarretando alteração no consumo dos produtos ou serviços para mais ou para menos. Tal fato não poderá onerar a taxa de administração;

Repassar a UFVJM todas as atualizações e alterações no sistema operacional de gerenciamento de frota de veículos utilizado nesta contratação.

COMPATIBILIDADE COM A INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

O acesso às informações deverá ser compatível com os padrões do Windows/10 64x ou superiores, utilizado na rede interna da Instituição e estar disponível para acesso através de navegador de internet, funcionando como um Software como Serviço (SaaS).

Deverá ser oferecido acesso através de aplicativos de celular, ou através de outra tecnologia, da base atualizada de postos credenciados, em tempo real, para que o usuário possa realizar consulta prévia aos preços dos combustíveis, quando dos abastecimentos. Esta funcionalidade tem como objetivo o abastecimento em postos que estejam praticando o menor valor do combustível, no momento do abastecimento.

DO CONTROLE DA SEGURANÇA DO GERENCIAMENTO

O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida para o cartão do veículo, bem como de uma senha válida para o cartão de identificação do motorista. Caso a empresa licitante não trabalhe com tecnologia de cartão magnético para a identificação do motorista, a operação só será possível após a solicitação da identificação do condutor cadastrado, bem como senha válida para esta identificação de condutor. Não serão aceitas transações nas quais não haja a identificação de condutor cadastrado no sistema tecnológico fornecido;

O bloqueio do uso do cartão de veículo deverá ser on-line, a partir da base operacional, mediante rotina/senha específica;

Deverá ser possível a troca periódica ou validação de senha pessoal;

O cancelamento do cartão somente poderá ser feito por pessoa credenciada na base operacional;

O uso indevido de cartão de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha e as despesas efetivadas serão pagas pela empresa contratada;

Cada veículo deverá possuir seu próprio cartão, validados através de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada. Caso a empresa licitante não trabalhe com tecnologia de cartão magnético para a identificação do condutor, a operação só será possível após a solicitação da identificação do condutor cadastrado, bem como senha válida para esta identificação de condutor;

Substituir o cartão extraviado ou que tenha sofrido algum dano que inviabilize seu uso correto, conforme solicitação da Divisão de Transportes da UFVJM;

Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, disponibilizando a atualização no site da contratada.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Pela execução dos serviços, a UFVJM pagará à empresa o montante mensal dos gastos efetuados com combustíveis e derivados após aplicado o percentual de desconto apresentado na proposta comercial da licitante vencedora, incidente sobre o montante mensal dos gastos efetuados através do sistema de gerenciamento.

A licitante vencedora deverá garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço praticado na bomba, observando as disposições da Lei nº 13.455, de 26 de junho de 2017.

A contratada deverá garantir que serão credenciados postos que não pratiquem preços exorbitantes, devendo os preços praticados estar em consonância com os divulgados pela ANP, considerado o desvio padrão.

Os preços dos combustíveis e óleos lubrificantes praticados pela empresa devem se enquadrar na média daqueles praticados no mercado e poderão ser auditados pela Administração da UFVJM, a qualquer momento, mediante consulta ao site da Agência Nacional de Petróleo — www.anp.gov.br;

Nos casos de defeito do cartão eletrônico, perda ou qualquer dano nos cartões, deverá a UFVJM comunicar à empresa contratada, para que a mesma realize a devida substituição, no período máximo de 10 (dez) dias úteis, sem custo adicional;

Os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada da licitante vencedora deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer relação financeira entre a UFVJM e tais prestadores de serviços.

A UFVJM poderá solicitar a qualquer tempo credenciamento de novos estabelecimentos;

Será assegurado, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução dos serviços. Verificada qualquer irregularidade, a UFVJM poderá suspender a execução dos serviços ou recusar a aceitação dos mesmos, cabendo à referida empresa, arcar com as despesas até então realizadas ou com o ressarcimento dos valores pagos;

Fornecer os cartões (1ª vias) e deixar em pleno funcionamento o acesso às informações, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais da frota e dos usuários pela Divisão de Transportes da UFVJM;

A empresa vencedora deverá disponibilizar atendimento 24 (vinte e quatro) horas para toda e qualquer comunicação entre as partes.

O valor dos serviços de manutenção, lavagem/higienização bem como o fornecimento de peças devem se enquadrar na média daqueles praticados no mercado e poderão ser auditados pela Administração da UFVJM, a qualquer momento, mediante consulta em empresas fornecedoras de peças e serviços;

A UFVJM poderá solicitar, a qualquer tempo, credenciamento de novos estabelecimentos;

Será assegurado, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução dos serviços. Verificada qualquer irregularidade, a UFVJM poderá suspender a execução dos serviços ou recusar a aceitação dos mesmos, cabendo à referida empresa, arcar com as despesas até então realizadas ou com o ressarcimento dos valores pagos;

A UFVJM se reserva também o direito de adquirir peças avulsas para a realização de reparos nos veículos, considerando a mão de obra disponível na UFVJM;

O sistema deverá possibilitar à Contratante adquirir por meio da rede credenciada da Contratada quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivos solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou por meio de rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:

Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo; ou

Originais, do fabricante fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo; ou

De outros fabricantes, cujo produto atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração.

Todas as peças substituídas e/ou inutilizadas deverão ser devolvidas, através da rede/estabelecimento credenciado, na embalagem da peça nova adquirida, devidamente protegidas de qualquer vazamento de óleo, assim que o serviço for executado, e, antes da efetivação do pagamento daquele serviço.

O prazo de garantia dos serviços realizados pelas prestadoras não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, respeitadas as garantias fornecidas pelos fabricantes das peças.

A possibilidade de se adquirir as referidas peças pelo sistema fornecido pela Contratada não implica renúncia por parte da Contratante para buscá-las diretamente no comércio de autopeças, quando assim justificado pelo preço mais vantajoso para a Administração Pública.

O sistema deverá possibilitar à Contratante adquirir, por meio da rede credenciada, serviços de lubrificação, serviços de reparação mecânica, limpeza e lavagem, serviços de chaveiro, serviços de transporte em veículo equipado para guinchamento, inclusive para socorro mecânico emergencial, de veículos leves e pesados, e todo os serviços automotivos que se enquadrem no conceito de manutenção e conservação automotiva.

O serviço de lavagem/higienização inclui o fornecimento de material de limpeza automotiva.

Para o serviço de guinchamento deverão ser observadas as seguintes recomendações:

A contratada deverá rebocar o veículo até a credenciada mais próxima do local onde se encontra o veículo danificado, de forma a evitar maior custo com serviço de reboque;

Ficando comprovado que o reboque percorreu uma distância maior que a necessária até uma credenciada mais próxima do veículo e injustificadamente a contratada realizar em credenciada mais distante, de forma a onerar o serviço, a diferença do valor entre a primeira e a segunda credenciada será glosada da fatura da contratada;

Os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada da licitante vencedora deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer relação financeira entre a UFVJM e tais prestadores de serviços.

PLATAFORMA DE GERENCIAMENTO

A plataforma autorizará o faturamento, da empresa credenciada para a Contratada, e da Contratada para a Contratante, dos serviços executados e do fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos Gestores de Frota, designados pela UFVJM;

A plataforma deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, que possibilitem o efetivo controle e gestão das informações sobre os veículos, gerência dos usuários e respectivas despesas com abastecimentos, serviços gerais de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores, devendo ser disponibilizadas, no mínimo, as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação dos serviços:

Histórico de manutenção de veículo – valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, placa, quilometragem, estabelecimento onde foi realizado, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças, total de tempo de mão de obra utilizada e identificação do Gestor de Frota que autorizou o serviço ou o fornecimento da peça;

Relatório dos orçamentos em abertos;

Pesquisa no sistema da garantia de peças e serviços;

Histórico dos orçamentos;

Histórico da manutenção dos veículos;

Relatório por analítico por tipo de peça fornecida e por tipo de serviço prestado;

Cotação em tempo real (on-line) – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo;

Pesquisa de cadastro dos veículos;

Composição da frota e idade média;

Relação de serviços por estabelecimentos credenciados;

Indicativo de quais oficinas atendem aos requisitos ambientais previstos neste termo, para viabilizar a ordem de preferência na localidade;

Relatório de operação de manutenção;

Utilização de peças e serviços por estabelecimentos;

Custos e quantidade por tipo de manutenção por veículos;

Custos e quantidade por tipo de manutenção por grupo de veículos.;

Pesquisa no sistema por preços de peças e serviços;

Custos por km e indicadores de gastos por veículos.

Histórico de abastecimento de veículo - Registro informatizado dos dados de abastecimento e disponíveis para consulta via WEB, propiciando informações da data e hora do abastecimento; Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores e consumo específico por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados (Km/litro[mínimo e máximo]; intervalo de tempo entre transações; capacidade do tanque/veículo etc); Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos.

O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

Identificação do posto/oficina (Nome e Endereço);

Identificação do veículo (placa);

Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;

Tipo de Combustível (para o serviço de abastecimento);

A data e hora da Transação (abastecimento);

Quantidade de litros de combustível;

Valor da operação (abastecimento).

Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período pré-estabelecido pelo gestor da frota, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas deverão ser descentralizadas e automáticas, a partir do momento da realização das transações nos estabelecimentos conveniados.

A Contratada deverá permitir acesso para o Fiscal do Contrato, bem como aos Gestores de Frota, possibilitando: consulta, autorização, aprovação, rejeição, emissão e consulta de relatórios, cujos perfis/níveis de acesso devem atender a indicação formalizada pela UFVJM.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Implantação e operacionalização da gestão da frota dos Campi compõem a UFVJM, por meio de sistema informatizado via internet e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético ou microprocessado nas redes de estabelecimentos credenciados para manutenções periódicas, preventiva e corretiva veicular, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, serviços de mecânica geral, funilaria, pintura, eletricidade, ar condicionado, trocas de óleo e filtros, alinhamento de direção, balanceamento, reparos dos pneus, cambagem, revisão geral, serviço de guincho/reboque, limpeza/higienização, dentre outros serviços de manutenção veicular, bem como o abastecimento com combustíveis para a frota dos veículos institucionais, máquinas e implementos agrícolas e equipamentos e a combustão.

O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado pela CONTRATADA deverá constituir-se em um sistema de gestão integrada de pagamento dos serviços prestados, do fornecimento de peças e acessórios e do abastecimento de combustíveis, constituído de um cartão magnético ou microprocessado para cada veículo.

Os responsáveis pela Gestão e Fiscalização do Contrato deverão ter acesso ao sistema eletrônico de acompanhamento da Contratada, mediante senha fornecida pela mesma;

A Contratada deverá disponibilizar sistema informatizado para gerenciamento de fornecimento de combustível e manutenção veicular preventiva e corretiva contendo, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

Realização de cotações via Internet;

Visualização da combinação mais econômica entre as cotações realizadas;

Referências de valores de peças e mão de obra;

Controle de peças e serviços que ainda se encontram em garantia;

Configuração de alertas de vencimentos de CNH, extintores, óleo, seguros etc.

Alerta de troca óleos, filtros e demais serviços preventivos

Possibilidade de definição de valores diferenciados para aprovação dos orçamentos;

Disponibilização de nota fiscal eletrônica com descrição detalhada de serviços e materiais adquiridos.

A Contratada é responsável pelo recebimento, conferência e envio, para Contratante, das notas fiscais/faturas emitidas pelas credenciadas.

Os fornecimentos de combustíveis terão como limite o preço praticado na bomba, observado as disposições da Lei nº 13.455, de 26 de junho de 2017.

A contratada deverá garantir que serão credenciados postos que não pratiquem preços exorbitantes, devendo os preços praticados estar em consonância com os divulgados pela ANP, considerado o desvio padrão.

A rede de postos de combustível credenciada deverá estar equipada para aceitar transações e processos de contingência para finalização da transação, e ainda:

A empresa deverá credenciar postos o mais próximo possível das sedes dos Campi da UFVJM, com a garantia do menor preço praticado no mercado local do abastecimento;

Ficando comprovado pelo Fiscal do Contrato que o valor do combustível fornecido pela Contratada está acima do menor valor do mercado local do abastecimento da frota, acarretando maior despesa com combustível, ou que, propositalmente foram credenciados postos distantes das sedes dos Campi da UFVJM, aumentando o consumo de combustível em virtude da distância, a diferença do valor será glosada da fatura, e os valores pagos, anteriormente, serão devolvidos pela Contratada imediatamente após a constatação.

O software deverá dispor de ferramenta que possibilite ao fiscal do contrato efetuar consulta on-line, tanto à tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto à tabela temporária e a base de preços homem/hora dos respectivos Sindicatos, concessionárias das marcas ou outros órgãos reguladores.

Na impossibilidade de obter tais tabelas, a licitante vencedora poderá comprovar os preços por dados fornecidos por softwares especializados a exemplo: Audatex/Molicar, Cilia, Orion, ou outro instrumento com as mesmas funcionalidades;

Deverá ser fornecida, sem nenhum custo adicional para Contratante, ferramenta capaz de possibilitar que sejam feitas consultas on-line aos preços praticados das peças, que pode ser o Sistema Audatex/Molicar, Cilia, Orion, ou outro instrumento hábil equivalente técnico.

A Contratante deverá adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

O Fiscal do Contrato poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a Contratada e sua rede credenciada, a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte, tendo a oficina credenciada o prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir da rejeição, para refazer ou corrigir os serviços não aceitos. A plataforma de trabalho deverá possibilitar a extração de relatório por empresa credenciada, a fim de controle do nível de excelência no atendimento.

As peças e suas quantidades, bem como o número de horas/serviços a serem executados, deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo, devendo as credenciadas pela Contratada abster-se de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto, conforme o que prevê o fabricante do veículo.

A consulta ao software especializado poderá ser realizada pela Contratada, e apresentada a servidor responsável, ou por servidor, autorizado, da unidade demandante do serviço (Base Operacional);

O custo da assinatura do software especializado deverá ser às expensas da Contratada;

A assinatura deverá estar disponível durante toda a vigência do contrato, incluindo eventuais prorrogações;

Com base no atendimento aos subitens acima, será comprovado o valor do serviço de manutenção preventiva e corretiva, sendo que:

O fiscal do contrato deverá realizar a conferência, quando disponível no sistema, entre os quantitativos de horas orçados pela contratada com os previstos nas tabelas de tempo padrão de mão de obra e com os valores para os serviços de manutenção veicular do fabricante e/ou entidade representante do setor automobilístico ou em software especializado, bem como a conferência entre os preços das peças/acessórios orçados com os constantes das tabelas oficiais de preços de peças e acessórios emitidas pelos fabricantes dos veículos ou em software especializado;

O fiscal do contrato deverá realizar a conferência dos percentuais de desconto sobre o preço dos abastecimentos e afins, da mão de obra e das peças, bem como da taxa de administração ofertados pela contratada;

O atendimento aos serviços solicitados deverá ser prestado pela rede de centros automotivos ou oficinas, credenciados pela Contratada, localizados nos municípios onde se encontram as Unidades Administrativas da UFVJM e em outros locais de interesse da UFVJM, visto que a frota de veículos oficiais da UFVJM trafega por todo o Estado do Minas Gerais, além de viagens mais esporádicas para outras regiões do País;

O atendimento aos serviços solicitados deverá ser prestado pela rede de centros automotivos ou oficinas, credenciados pela Contratada, em horário comercial;

Os serviços de guincho/reboque serão acionados por meio de 0800 e devem ser prestados 24 (vinte e quatro) horas, nos 7 (sete) dias da semana, nos locais onde ocorrerem quebras ou defeitos nos veículos;

A Contratada deverá disponibilizar, à Contratante, pelo menos, 04 (quatro) acessos aos Sistemas, a exemplo: Audatex/Molicar, Cilia, Orion, ou outro instrumento equivalente técnico, que deverá, no mínimo, conter todas as marcas e modelos constantes do Anexo I incluindo, sempre que possível, todas as peças e tempo/valor da mão de obra utilizadas na manutenção das referidas marcas e modelos.

A ferramenta de consulta de valores de peças/materiais deverá ser composto por módulos de orçamentos e de consulta rápida de preços de peças para caminhões, automóveis e ônibus e que atendam, no mínimo, as seguintes exigências:

a) Possibilidade de emissão de orçamentos eletrônicos de veículos, contendo código das peças e tempo de realização dos serviços de mão de obra para manutenção, chapeação e pintura, objetivando verificar a conformidade de preços. As atualizações de preço serão feitas por meio de software a exemplo: Cilia, Audatex/Molicar, Orion, ou similar. Caso a informação não seja localizada nos sistemas de consulta, serão consultados fornecedores;

b) Possibilidade de inclusão permanente de novos veículos nos bancos de dados (modelos, peças e tempos de mão de obra);

c) Possibilidade de busca de peças por nome, código ou através da identificação da imagem/figura da peça dos(as) veículos (marca, modelo, ano e motorização).

Os orçamentos das manutenções preventivas e corretivas deverão ser disponibilizados no sistema eletrônico de acompanhamento da Contratada, para prévia ciência da Contratante. Os serviços de manutenção somente serão executados após autorização eletrônica da Contratante, através do sistema;

A Contratada deverá disponibilizar a possibilidade de a Contratante realizar cotação via sistema. Em casos em que haja a necessidade de deslocamento do veículo à oficina para um melhor levantamento da manutenção, a Contratante deverá ser comunicada;

Deverão ser disponibilizados, para cada serviço demandado, pelo menos, 03 (três) cotações, via sistema da Contratada;

Os orçamentos, para cada serviço demandado pela Contratante, deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis;

No caso de contratações emergenciais, e desde que comprovado que não foi possível obter o mínimo de 03 (três) orçamentos, a situação será analisada pelo gestor do contrato para efeito de aprovação do serviço;

Mediante justificativa apresentada pela Contratada, devidamente aceita pela Contratante, o prazo acima disposto poderá ser dilatado por igual período.

A seleção do orçamento mais vantajoso para a Administração deverá ser realizada observando-se o critério de Menor Preço por Item, Serviço e/ou Material, comparando-se à Pesquisa de Mercado porventura realizada pela Administração;

Na hipótese de ser apresentado orçamento de serviço com reposição de peças, em cotação única, o valor a ser considerado, para fins de definição da cotação mais vantajosa, será obtido pelo critério de menor preço global, ou seja, pelo somatório de valores de peças e serviços;

Os serviços só serão autorizados e pagos após a comprovação da vantagem do preço de cada intervenção, devidamente comprovada através de pesquisa de, no mínimo, 03 (três) empresas do ramo.

Caso a especificidade do serviço ou a inexistência de outros fornecedores não permitam a obtenção de 03 (três) orçamentos, a execução do serviço poderá ser autorizada pela Contratante, mediante justificativa;

Caso a credenciada não possua a peça em estoque ou não seja capaz de entregar no prazo supracitado, seu orçamento será rejeitado de plano.

Não sendo possível obter a peça imediatamente ou não havendo credenciadas interessadas em fornecê-las nessas condições, o Gestor de Contrato realizará nova cotação online no sistema, fixando prazo razoável de entrega das peças, não inferior a 3 (três) dias, a fim de obter no mínimo três orçamentos.

Os orçamentos deverão ser cadastrados no sistema da Contratada, identificando razão social, número de inscrição no CNPJ, endereço da sede, telefone, cargo, e endereço eletrônico do responsável pela emissão da proposta;

No orçamento deverão constar:

No caso de aquisições de peças, acessórios, componentes e demais materiais:

- a) Discriminação de marca/modelo/tipo;
- b) Quantidade;
- c) Valor Unitário;
- d) Valor Global;
- e) Prazo de garantia;
- f) Validade do orçamento, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

No caso de prestação de serviços:

- a) Especificação detalhada dos serviços a serem executados;
- b) Prazo máximo de conclusão;
- c) Valor por item;
- d) Valor Global
- e) Prazo de garantia;
- f) Validade do orçamento, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

A simples entrada do veículo no estabelecimento credenciado não caracteriza a autorização, por parte da Administração, de prestação de serviços. Apenas servidores da Divisão de Transportes, devidamente autorizados, pode autorizar o início da execução do serviço ou o fornecimento de peças, após seguir o trâmite abaixo:

I - Avaliação/diagnóstico do veículo a ser realizado prioritariamente pela área técnica do órgão;

II - Cotação de preços junto à Rede Credenciada via Sistema de Gestão de Frota (doravante, COTAÇÃO ONLINE);

III - Análise do preço utilizando o software fornecido; e

IV - Negociação, aprovação da proposta vencedora e autorização para início da execução do serviço ou fornecimento dos bens pelo fiscal de Contrato.

A avaliação/diagnóstico do veículo ou equipamento será prioritariamente, nos Campi que dispuserem dessa possibilidade, elaborado pela UFVJM, através de pessoal técnico responsável por levantar a demanda de serviços e materiais necessários para manter ou restaurar a disponibilidade, funcionalidade e operacionalidade dos veículos e equipamentos.

Quando a área técnica não lograr êxito em diagnosticar a pane do veículo, o fiscal deverá verificar junto à oficina credenciada se o serviço de diagnóstico pode ser realizado gratuitamente.

Quando o serviço de diagnóstico, em razão da complexidade, não puder ser realizado gratuitamente, constituindo um serviço mecânico remunerável, o fiscal deve solicitar o orçamento do serviço de diagnóstico à oficina credenciada. Tal orçamento deve ser incluído no Sistema de Gestão de Frota e seguir os mesmos trâmites necessários para a contratação dos demais serviços mecânicos.

Após prestado o serviço de diagnóstico, emitido o relatório com as demandas de serviços mecânicos e peças, novo procedimento de cotação online deverá ser realizado via sistema.

Os serviços somente poderão ser executados e as peças e componentes somente poderão ser fornecidos após aprovação do orçamento pela Contratante, no Sistema da Contratada;

Os prazos máximos para execução dos serviços serão os constantes do orçamento aprovado pela Contratante;

Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa credenciada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da Contratada, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela UFVJM, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente

Serão considerados, para fins de início da contagem do prazo de execução dos serviços, o horário e a data de chegada do veículo ao estabelecimento credenciado;

Mediante justificativa apresentada pela Contratada, devidamente aceita pela Contratante, o prazo estipulado no orçamento aprovado poderá ser dilatado por igual período.

Em sendo o(s) orçamento(s) rejeitado(s), caberá à Contratante realizar contato com a Contratada e/ou com a conveniada, com vistas a adequação de valores, de forma a, se for o caso torna-los, mais vantajosos, economicamente, à Administração.

A Contratada deverá, ainda:

Informar, à Contratante, quando o orçamento for igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do veículo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para análise da economicidade e conveniência da execução do serviço;

Disponibilizar relatórios gerenciais pela internet, que indiquem as despesas realizadas por cada veículo;

Permitir consulta de extrato individual, devendo constar todos os dados relativos à manutenção do veículo, tais como placa, peças, motoristas, valor da despesa, data de entrada e saída etc;

Emitir relatório discriminando serviços e materiais utilizados, por veículo e por período, com os respectivos valores, servindo tal documento de base para conferência das Faturas/Notas Fiscais emitidas em razão dos serviços prestados no mês;

No ato do pagamento, ocorrerá a dedução dos impostos envolvidos, conforme o enquadramento do estabelecimento junto à Receita Federal e o tipo de serviço/aquisição realizado.

Nas notas fiscais para pagamento deverão constar separadamente os valores gastos com peças, mão de obra, combustível e a taxa de administração. Junto com as notas fiscais/faturas, a contratada deverá apresentar um relatório analítico do período faturado, discriminando os fornecimento e mão de obra utilizados.

O pagamento será realizado de acordo com o montante mensal dos serviços/fornecimentos efetivamente realizados/utilizados, aplicando-se o percentual de desconto sobre os fornecimentos/serviços.

A Contratada não poderá promover nenhuma alteração dos serviços ou especificações de peças e acessórios e respectivos controles, sem a prévia aprovação, por escrito, da Contratante.

Os atores que irão atuar na fase de Gestão do Contrato, formalmente designados pela autoridade competente da UFVJM, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP no 05/2017, são:

Gestor do Contrato; Fiscal Administrativo do Contrato e Fiscal Técnico do Contrato.

A comunicação com a Contratada deverá ser feita por intermédio do preposto, figura com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do Contrato.

O preposto deverá:

Ter aptidão para orientar, coordenar, acompanhar e supervisionar a equipe técnica executante dos serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do Contrato, incluindo a correção de situações adversas e o atendimento às reclamações e solicitações da Gestão e Fiscalização; e

Reportar-se ao Fiscal e/ou Gestor do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas durante a execução dos serviços.

A comunicação entre a UFVJM e a Contratada será realizada por meio de:

Ofício, quando se referir a solicitações relativas a alterações ou sanções contratuais;

E-mail, quando se referir a assuntos relacionados à execução do objeto.

A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão da Ordem de Serviço, na forma que segue:

O acesso ao sistema da Contratada deverá estar disponível imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço, pela Contratante;

A garantia dos serviços executados e das peças, componentes, acessórios e materiais fornecidos será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir da data do Recebimento Definitivo.

Caso a garantia de fábrica seja maior que o mínimo exigido, será adotada esta última, devendo a Contratada refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o pactuado, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA;

Contratação de serviços de administração/gerenciamento da frota e dos demais equipamentos a combustão da instituição:

Fornecimento de gasolina, diesel, etanol, arla e aditivos.

- Diesel/Arla: 110.080 litros estimada
- Etanol/Gasolina: 67.088 litros estimada
- Aditivos e lubrificantes: 1.183 unidades estimada

O consumo está distribuído pelos Campi da UFVJM nas seguintes proporções:

- 67,01% (Campus Diamantina) 22,82% (Campus Teófilo Otoni) 3,94% (Campus Janaúba) 6,23% (Campus Unai)

Peças em geral / Serviços de manutenção em geral: Incluindo manutenção veicular, de máquinas, guinchos, cópias de chave, dentre outros):

- Manutenção de veículos/máquinas: 12 conj./ano
- Fornecimento de peças: 12 conj./ano

As manutenções estão distribuídas pelos Campi da UFVJM nas seguintes proporções:

- 60,20% (Campus Diamantina) 30,70% (Campus Teófilo Otoni) 3,81% (Campus Janaúba) 5,29% (Campus Unai)

Obs. O conj. indicado corresponde ao conjunto de manutenções mensais, incluindo peças e serviços de manutenção contratados junto as empresas cadastradas.

A quantidade demandada se fundamenta, basicamente, na estimativa de distâncias a serem percorridas por cada um dos veículos nos quais os fornecimentos e serviços serão executados.

A partir do histórico de distâncias percorridas, bem como de gastos com os serviços no Contrato atualmente vigente, em um recorte temporal (2018/2019), foi possível estabelecer a estimativa do custo com combustível e manutenção veicular;

Justifica-se a escolha do ano de 2018/2019 pelo fato de que, a partir do mês de Março/2020, iniciou-se o período de pandemia, o que diminuiu drasticamente as demandas por serviços de transporte na instituição. Assim, considerar os últimos 02 (dois) anos, 2020 e 2021, não retrataria a real demanda da UFVJM.

Além disso, na estimativa dos quantitativos, levou-se em conta:

Envelhecimento da frota, o que tem implicado aumento de frequência nas manutenções preventivas e corretivas;

O substancial aumento dos custos de mão de obra e peças ocorridas nos últimos tempos, principalmente em virtude do período pandêmico;

A atualização do preços dos combustíveis e afins;

O tipo e a idade da frota, em consonância com o disposto no art. 8o, caput, da Lei no 8.666/1993 e no Acórdão no 1077/2019 - TCU Plenário;

Prazo de duração inicial do Contrato, de 12 (doze) meses.

Documentos que dão suporte ao planejamento da contratação:

- Relação atualizada dos veículos, em uso, que compõem a frota da UFVJM, contendo as seguintes informações: marca, modelo, km rodado, valor atualizado (SEI! [0700485](#) e [0700493](#))
- Custo médio de manutenção por km rodado de cada veículo. (SEI! [0700517](#) e [0700522](#))
- Estados de federação onde os veículos trafegam com mais intensidade. (SEI! [0700528](#) e [0700532](#))
- Previsão de km a serem percorridos pelos veículos no período de 12 meses. (SEI! [0700554](#) e [0700561](#))
- Gasto de combustível por km rodado de cada veículo. (SEI! [0700517](#), [0700522](#), [0700699](#), [0700700](#))
- Relatório de gastos com manutenção veicular ao longo do período compreendido no período de 2018/2019* obtido a partir de Relatório gerado no sistema da atual empresa contratada, conforme disposto no Anexo II deste estudo. (SEI! [0700522](#))
- Relação dos equipamentos que farão parte da contratação. (SEI! [0700583](#), [0700591](#) e [0682676](#))

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO;

Conforme IN 40/2020:

Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A seguir estão documentados os métodos e parâmetros que foram utilizados para a estimativa de preços:

R\$ 2.068.555,98 (dois milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos), assim distribuído:

Para combustível: R\$ 1.506.735,64

Para manutenção (peças e serviços): R\$ 525.244,70

Para taxa de administração: R\$ 36.575,64

Foi realizado estudo para definição do valor estimado para os combustíveis e afins (SEI!0766097). Para definição do valor estimado do combustível foi considerado o seguinte: a média de consumo de combustíveis da frota/UFVJM e o preço médio do combustível na data de 21/06/2022.

COMBUSTÍVEIS

Valor total Estimado para combustível: R\$ 1.506.735,64

	DIAMANTINA (quant. 2018/2019)*	TEÓFILO OTONI (quant. 2018/2019)*	TOTAL	MÉDIA quantitativo médio considerando 2018/2019	VR. UNIT. (R\$) abastecimento TICKET nos dias 20 e 21/06/2022	TOTAL MÉDIO (Valor estimativo anual)
ARLA (litros)	55,00	0	55,00	28	R\$ 4,49	R\$ 125,72
DIESEL (litros)	23.386,51	1.464,60	24.851,11	12.426	R\$ 7,97	R\$ 99.035,22
DIESEL S10 (litros)	159.106,24	36.145,93	195.252,17	97.626	R\$ 8,10	R\$790.770,60
ETANOL (litros)	534,85	112,64	647,49	324	R\$ 5,23	R\$ 1.694,52
GASOLINA ADITIVADA (litros)	30,48	-	30,48	15	R\$ 7,70	R\$ 115,50
GASOLINA COMUM (litros)	114.840,44	18.656,62	133.497,06	66.749	R\$ 8,50	R\$567.366,50
	DIAMANTINA (quant. 2019)**	TEÓFILO OTONI (quant. 2019)***	TOTAL		VR. UNITÁRIO (R\$) ESTIMADO	
Aditivos e Lubrificantes	945	238,20	1.183	-	R\$ 40,26	R\$ 47.627,58
						1.506.735,64

*Tendo em vista o período de pandemia pela Covid-19, foram considerados, para estimativa, a média do consumo dos anos de 2018/2019 que foram anos com uma rotina normal na UFVJM. Sendo assim, o quantitativo de combustíveis gastos é a média de 2018 e 2019, porém para o valor do combustível foi considerado o valor do abastecimento nos dias 20 e 21/06/2022 considerando que, nesta data, a tabela da ANP ainda não estava atualizada com o reajuste do combustível anunciado pela Petrobrás: gasolina em 5,18% e diesel em 14,26%. Leia mais no texto original: (<https://www.poder360.com.br/economia/petrobras-anuncia-reajuste-do-diesel-e-da-gasolina/>)

** Foi utilizado o quantitativo proporcional (comparando a quantidade de veículos) à quantidade de Teófilo considerando que não foi apresentado ao processo relatório com a quantidade (SEI! 0743470)

*** Foi utilizado o quantitativo gasto no ano de 2019 (último ano antes da pandemia - SEI! 0777032)

Aditivos e Lubrificantes atualizado o valor com a variação da inflação acumulada no período, utilizando a planilha da FGV constante abaixo - acréscimo 9,96%.

Quanto ao valor do item ARLA, foi realizada consulta ao PAINEL DE PREÇOS (SEI! 0765955) em 21/06/2022 resultou num valor médio menor de R\$ 4,49.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS

O período pandêmico 2020/2021 prejudicou a estimativa dos custos de valores com serviços de manutenção e fornecimento de peças, em virtude da diminuição de utilização dos veículos, que gerou diminuição no número de manutenções, e consequentemente eleva esta

necessidade a partir do momento em que os veículos voltam a ser demandados.

A Divisão de Máquinas e Transportes da UFVJM destacou que com o período da pandemia qualquer tentativa de apresentar valores mais exatos acabam sendo frustrados, pois muitas demandas foram paralisadas, muitos veículos ficaram parados, não tendo como utilizar os quilômetros rodados nos anos de 2020 e 2021, como base mais recente para os anos subsequentes.

Por outro lado, veículos e máquinas paradas ocasionam um maior número de defeitos, bem como a ausência de servidores ou empresas em pleno funcionamento dificultaram os acessos às manutenções preventivas que evitariam alguns gastos que estão aparecendo ou irão aparecer com o retorno gradual das atividades.

Outro ponto a ser destacado é que os carros usados valorizaram, neste período, assim como os valores de peças de reposição e serviços para os veículos da instituição que são multi marcas tiveram um aumento expressivo de preços.

A partir do histórico de distâncias percorridas, bem como de gastos com os serviços no Contrato atualmente vigente, em um período de análise de 12 (doze) meses, foi possível estabelecer a estimativa do custo com manutenção veicular por km rodado (SEI!0766097). Para definição do valor estimado foi considerado o seguinte:

Planilha KM rodados x Custo médio de Manutenção = Para veículos: R\$ 421.209,39 (0765976).

Tendo em vista o período de pandemia pela Covid-19, foram considerados, para estimativa, a média dos custos dos anos de 2018/2019 que foram anos com uma rotina normal na UFVJM. Sendo assim, os valores devem ser atualizados, considerando o aumento de custos neste período, principalmente, considerando que houve um aumento expressivo de nos custos na área de peças e manutenções automotivas.

Variação acumulada em 12 (doze) meses, consulta ao [Portal FGV](#):

Item	Var.% acumulada em 12 meses (nov/18 - out/19)	Var.% acumulada em 12 meses (nov/19 - out/20)	Var.% acumulada em 12 meses (nov/20 - out/21)
IPC-10/FGV	3,07	3,65	9,57
Inflação ao motorista	-0,44	1,81	18,46
Automóvel Novo	2,12	5,88	11,27
Automóvel Usado	0,06	-0,17	8,44
Motocicleta Nova	ND	6,56	7,85
Etanol	0,38	-3,64	64,45
Gasolina	-7,36	-0,21	40,46
Gás Natural Veicular	14,35	-6,44	37,11
Peças e Acessórios	4,52	4,17	12,06
Óleo lubrificante	-0,48	6,43	9,96
Serviços de oficina	2,59	2,69	2,21
Licenciamento (IPVA)	2,90	3,39	1,27
Estacionamento e Garagem	0,95	0,86	2,41
Pedágio	1,54	0,70	1,48
Seguro facultativo para veículo	2,75	-1,25	-0,23
Aluguel de veículo	ND	2,43	2,31

Para estimar o valor referente a aquisição de peças e valor referente aos serviços de manutenção e considerando uma avaliação da proporção dos gastos com peças e serviços, no período de 12 meses - Relatório Proporção de Gastos Peças e Serviços em 12 meses (0743690).

Para o Contrato 010/2017 - que contempla o Campus Mucuri, tem-se uma proporção de 35,39% para serviços e 64,61% para peças.

Para o Contrato 009/2017 - que contempla os Campus Diamantina, Unaí e Janaúba, os valores para serviços, são menos expressivos, uma vez que a frota dos Campi Unaí e Janaúba é reduzida e o Campus Diamantina possui serviço de mecânico e lavador contemplados no Contrato 011/2018, sendo a média de 12,35% gasto com serviços e 87,65% para peças.

Desta forma, considerando que a futura contratação será unificada, e que não há previsão de contratação de mão-de-obra para a frota dos demais Campi deve ser considerado um valor intermediário entre a média dos contratos 09 e 10/2017, buscando representar de forma fidedigna as necessidades futuras, sendo:

Serviços = 23,87%

Peças = 76,13%

KM rodados x Custo médio de Manutenção = Para veículos: R\$ 421.209,39 - 2018/2019

Considerando que a previsão acima refere-se ao período 2018/2019 (antes da pandemia) será aplicado o percentual de atualização referente ao acumulado da inflação no período

Valor estimado para serviços: (R\$ 421.209,39 x 23,87%) = R\$ 97.215,12 + (2,21% acumulado da inflação) = R\$ 99.363,57

Valor estimado para peças: (R\$ 421.209,39 x 76,13%) = R\$ 320.666,70 + (12,06% acumulado da inflação) = R\$ 359.339,10

Valor total estimado para manutenção de veículos (peças e serviços): R\$ 458.702,67 - atualizado

Além da manutenção de veículos a contratação compreende a manutenção de equipamentos.

Apesar do contrato anterior prever a manutenção de equipamentos a Divisão de Máquinas e Transportes informou que não dispõe de um relatório de gastos exclusivo referente aos gastos com manutenções e peças dos equipamentos.

Relação de Máquinas e Equipamentos (SEI! [0598102](#) e [0598103](#)): Foi apresentada relação das máquinas e equipamentos com os valores atualizados dos bens. Considerando que não histórico de gastos anteriores com as manutenções e peças será considerado um percentual de 10% para o primeiro ano de execução do contrato, por se tratar de valor estimativo, este poderá ser superior ou inferior, e após o primeiro ano de contrato, já será possível mensurar este gasto. Não existe nenhum acompanhamento da Instituição quanto os valores dispendidos com equipamentos a combustão

Valor total das máquinas e equipamentos: R\$ 665.420,41 - valor dos bens atualizado

Valor total estimado para manutenção de equipamentos a combustão 10% (peças e serviços): R\$ 66.542,04

Valor estimado para serviços: (R\$ 66.542,04 x 23,87%) = R\$ 15.883,58

Valor estimado para peças: (R\$ 66.542,04 x 76,13%) = R\$ 50.658,45

Valor total Estimado para manutenção (peças e serviços): R\$ 525.244,70

Valor estimado para serviços - R\$ 115.247,15

Valor estimado para peças: R\$ 409.997,55

Descrição	Valor Total Estimado	Peças 23,87%	Serviços 76,13%	Percentual atualização	Valor Serviços Atualizado	Atualização Peças Atualizado	Custo Total Estimado
Veículos	R\$421.209,39	R\$97.215,12	R\$320.666,70	2,21% serviços 12,06% peças	R\$99.363,57	R\$359.339,10	R\$458.702,67
Equipamentos	R\$66.542,04	R\$15.883,58	R\$50.658,45		R\$15.883,58	R\$ 50.658,45	R\$66.542,04
						TOTAL	<u>R\$525.244,70</u>

TAXA DE GERENCIAMENTO:

O valor foi estimado com base na incidência, sobre o valor dos serviços de manutenção e fornecimento de combustível, do Percentual de Taxa de Administração, obtido a partir de Pesquisa de Resultados de Licitações - Disponível no painel do compras.gov.br (SEI! [0723601](#)), que resultou na média de 1,80% conforme disposto abaixo:

TAXA DE GERENCIAMENTO – MÉDIA – 1,80%

PRIME – PREGÃO 005/2021 – 1,34%

BAMEX – PREGÃO 009/2021 – 4,14%

TICKET CAR – CONTRATO ATUAL UFVJM – 0,00%

Valor Total Estimado combustível, peças e serviços = R\$ 2.031.980,34

Valor Total Estimado serviços de Administração/Gerenciamento: R\$ 36.575,64

DA DISPUTA:

Para os fornecimentos de combustíveis e serviços de manutenção dos veículos será licitado um percentual de desconto sobre os valores praticados. Foram estipulados, com base em Pesquisa de Mercado, obtido a partir de Pesquisa de Resultados de Licitações - Disponível no painel do compras.gov.br (SEI! [0723601](#)), os seguintes critérios de aceitabilidade:

COMBUSTÍVEIS – MÉDIA – 1,45%

BAMEX – PREGÃO 009/2021 – 1,00%

LINK – PREGÃO 002/2021 – 3,33%

TICKET CAR – CONTRATO ATUAL UFVJM – 0,02%

PEÇAS – MÉDIA – 14,05%

LINK CARD – PREGÃO 544/2021 – 28,53%

BAMEX – PREGÃO 009/2021 – 16,56%

MADEIRA – PREGÃO 17/2021 – 8,14%

TICKET CAR – CONTRATO ATUAL UFVJM – 3,00%

MANUTENÇÃO – MÉDIA – 6,12%

PRIME – PREGÃO 011/2021 – 2,56%

BAMEX – PREGÃO 009/2021 - 15,62%

LINK CARD – PREGÃO 002/2021 - 3,33%

TICKET CAR – CONTRATO ATUAL UFVJM – 3,00%

Percentual Mínimo de Desconto de 1,45%, o qual incidirá, quando da execução do Contrato, sobre o valor das Notas Fiscais a serem emitidas pelo fornecimento de combustíveis e afins;

Percentual Mínimo de Desconto de 6,12%, o qual incidirá, quando da execução do Contrato, sobre o valor das Notas Fiscais a serem emitidas pela prestação dos serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva;

Percentual Mínimo de Desconto de 14,05%, o qual incidirá, quando da execução do Contrato, sobre o valor das Notas Fiscais a serem emitidas pelo fornecimento de peças.

Será licitado o maior percentual de desconto sobre os valores estimados para cada um dos itens acima.

Será licitado o menor valor da Taxa de Administração.

A Taxa de Administração deve abarcar todos os custos provenientes da prestação do serviço.

Na Proposta de Preço a ser apresentada pela licitante, não haverá vedação quanto à cotação de Taxa de Administração zero ou negativa, em conformidade com o disposto no Acórdão no 321/2021 - TCU Plenário.

Valor Total Estimado da Contratação - R\$ 2.068.555,98

Para combustível: R\$ 1.506.735,64

Para manutenção (peças e serviços): R\$ 525.244,70

Para taxa de administração: R\$ 36.575,64

Os valores e quantidades são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

Os quantitativos registrados são meramente estimativos, podendo a demanda ser variável, visto que a quantidade de pedidos de fornecimentos/manutenções não pode ser precisamente determinada em razão da imprevisibilidade da necessidade de consumo. Dessa forma pode haver diminuição ou acréscimo das quantidades de cada item, não gerando qualquer direito pela expectativa de tal consumo.

Os pagamento serão efetuados pelos itens efetivamente executados/prestados conforme demanda da UFVJM e pelos valores apurados e autorizados na execução contratual.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL;

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

A Administração optou por não parcelar a solução visando a aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todos os serviços licitados. Ademais, pode-se verificar, pela pesquisa de mercado, que é prática comum as empresas prestarem os serviços dispostos no item, não comprometendo a competitividade do certame.

O objeto foi agrupado tendo em vista a necessidade de compatibilidade técnica entre os serviços a serem contratados, evitando frustração do objeto a ser contratado.

A opção por agrupar a contratação também visa a facilitar e otimizar a gestão do Contrato, visto que o parcelamento implicaria, possivelmente, na celebração de vários contratos diferentes, visto que provavelmente mais de uma empresa sairia como vencedora do

certame, o que implicaria em burocracias desnecessárias, aumento de custos e risco de interrupção da prestação;

O agrupamento é eficiente do ponto de vista econômico, por conta da redução de custos com mão de obra, do gerenciamento centralizado de logística e de outros fatores por parte do fornecedor.

10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;**

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação.

No caso em apreço, não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução ser contratada e o serviço prestado.

11. **DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO;**

O Plano Anual de Contratações visa consolidar as contratações a serem realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, auxiliando a administração na tomada de decisão.

Com o levantamento prévio das contratações que pretende contratar ou prorrogar, passa-se a dispor de dados gerenciais viabilizando novas oportunidades de ganhos de escala, além de sinalizar ao mercado fornecedor as suas pretensões de modo que este se prepare adequadamente e com antecedência para participar dos futuros certames licitatórios.

Ademais, é a partir de um calendário de licitações, construído a partir do Plano Anual de Contratações, que se obtém maior previsibilidade na gestão, primando-se pelo cumprimento de prazos e pela melhor alocação da força de trabalho.

A elaboração dos Planos Anuais de Contratações propicia, ainda, a maximização dos resultados institucionais, a partir da melhoria da governança e da gestão das contratações, além de maior transparência e controle com a publicação dos Planos.

De acordo com o art. 12 da IN nº 1, de 2019, o setor de licitações deverá observar se as demandas a ele encaminhadas constam da listagem do Plano vigente visando a sua revisão para seja inserida a contratação, evitando o descompasso entre o planejado e o executado. Almeja-se, assim, que, a unidade requisitante tenha uma melhora na rotina organizacional e um resultado mais eficiente nos processos de compras e na alocação de recursos (tanto financeiro quanto humano).

Neste sentido pode-se verificar que esta contratação está prevista no PAC 2022 (http://www.ufvjm.edu.br/licitacoes/home/cat_view/1291-/1925-.html), registrada sob os itens 3408 e 3410 (Sei! [0598105](#)).

Os serviços a serem contratados visam atender às necessidades de gerenciamento da frota e maquinário da UFVJM, sendo uma atividade meio que presta suporte às suas atividades fins - ensino, pesquisa e extensão nos municípios em que a UFVJM atua.

12. **RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL;**

Conforme disposto no Documento de Formalização de Demanda:

A execução do serviço em tela atenderá às necessidades de abastecimento, manutenção, troca de peças e pagamento de pedágios da frota de veículos, implementos agrícolas e demais maquinários relacionados neste instrumento da UFVJM e o monitoramento dos bens patrimoniais visando maior presteza e economicidade na realização de serviços afetos à gestão, buscando-se aperfeiçoar o trato com o bem público, estabelecendo-se mecanismos aglutinadores de eficiência, bem como ferramentas úteis para sua análise e gestão. Os serviços de gerenciamento de frota mostram-se essenciais ao regular desempenho das atividades a cargo da UFVJM, cujos veículos em uso devem apresentar plenas condições de funcionamento e conservação, à disposição do serviço sempre demandados e, no caso de situações emergenciais, receber o atendimento e assistência devidos, proporcionando condições de segurança aos seus usuários. A frota de veículos, implementos agrícolas, e demais maquinários relacionados por possuírem uma gama diversificada de fabricantes, marcas, modelos, ano de fabricação, sofrem ainda constantes alterações, dependendo, portanto, de uma rede credenciada com estabelecimento em diversas especialidades, o que a contratação de uma única oficina não supriria suas necessidades, evitando-se falhas operacionais momentâneas e intermitentes.

Quanto ao pagamento de pedágio, a contratação visa munir a frota de veículos oficiais de dispositivos capazes de trafegar em rodovias estaduais com cobrança de pedágios de forma célere, além de adotar mecanismos jurídicos capazes de dar a transparência necessária para a despesa pública com pedágios em todo o território nacional.

Com a contratação dos serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria veicular, espera-se um controle mais efetivo das rotas realizadas, proporcionando transparência com a disponibilização de um módulo para consulta pública, rastreabilidade das movimentações operacionais de cada veículo. Proporcionando, ainda, um maior controle de custos dentro do conceito de convergência de Rastreamento/Localização, de forma que permita a interligação das informações recebidas. Como resultado da convergência são gerados dados, tais como, excesso de velocidade, frenagens bruscas, rota percorrida, tornando possível o aumento da produtividade e economicidade na gestão da frota e segurança aos ocupantes dos veículos oficiais.

O sistema de monitoramento/rastreamento deve abranger a prestação do serviço de acesso via plataforma web, realizado via tecnologia de posicionamento com GPS, informando os dados imprescindíveis para a localização imediata do veículo dentro de mapas digitais com cobertura nacional; histórico de percurso realizado e criação de cerca eletrônica, que possibilite a geração de notificações quando os veículos oficiais saem de circulação de regiões delimitadas no mapa. Deverá ainda armazenar por no mínimo 365 dias, de tal forma, que dentro deste período possam acessar os registros e gerar relatórios gerenciais, bem como permitir a exportação destes dados para os formatos padrões de mercado: PDF;XLS. Ressalta-se assim que a informatização desses dados permitirão a publicidade e a transparência para tomada de decisão e principalmente em atendimento aos órgãos de controle e a própria sociedade que terão mecanismos mais eficientes para obtenção de informações.

A opção desta contratação do modelo de gerenciamento de frota, monitoramento/rastreamento e pagamento de pedágios, em detrimento da utilização do sistema tradicional, com a transferência da gestão desses serviços a um terceiro através de empresa especializada privada e na prática, caberia à própria administração fazê-la, por meio dos mecanismos usuais de licitação justifica-se pelo porte da frota existente no órgão, da natureza de suas atividades, da frequência dos deslocamentos para outros municípios e estados da federação, do número de registros de consertos em outras localidades não atendidas pelo contrato existente, da considerável utilização do suprimento de fundos.

O serviços em questão são prestados atualmente através de mais de uma contratação nos campi da UFVJM, pretende-se com essa nova licitação a unificação contratual, melhorando assim a gestão e fiscalização do contrato.

A UFVJM espera com esta contratação, atingir economicidade, melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, buscando a continuidade e efetividade dos serviços prestados. Por meio da contratação indireta busca-se melhorar a qualidade do gasto público, permitindo o foco das instituições para o desempenho de suas atividades finalísticas e alinhadas aos seus propósitos estratégicos, sempre com foco na entrega de serviços públicos que impactem positivamente a sociedade.

A contratação proposta será benéfica e vantajosa, considerando ainda que:

O planejamento para esta contratação ora pretendida tem sido realizado buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços terceirizados, contemplando, assim, a demanda por atividades essenciais e auxiliares da instituição;

Os materiais e equipamentos a serem utilizados nos serviços deverão ser fornecidos diretamente pelas oficinas prestadoras dos serviços, fazendo parte da composição dos custos, o que resultará numa melhor aplicação dos recursos financeiros empregados;

A contratação não implicará em investimentos, tais como aquisições e guarda de materiais, contratação, treinamento e administração de mão de obra;

Os padrões aqui definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;

Os parâmetros definidos para o objeto da contratação e para prestação dos serviços possibilitarão obter preço compatível com a finalidade estabelecida;

A Lei no 8.666/1993 e suas alterações contemplam esses serviços, que, por sua natureza, são necessários à instituição, sendo que a ausência dos mesmos pode ocasionar transtornos ao bom andamento de suas atividades. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, são de natureza necessária e, portanto, devem ser executados de forma contínua para que não se comprometa a ordem e se cause prejuízos à Administração;

No que tange aos impactos ambientais da contratação, foram relacionadas, neste estudo, as obrigações da Contratada quanto a critérios de sustentabilidade, que vão desde rotinas até critérios que deverão ser respeitados quando da aquisição e disponibilização dos materiais e equipamentos.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO.

a) Para a fiscalização dos serviços, em obediência à IN 05/2017, deverá ser providenciada capacitação continuada dos servidores para atuarem na gestão e fiscalização do futuro contrato;

b) A Administração definirá os servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;

c) Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação, tendo em vista que os normativos que regem a fiscalização de contratos rotineiramente passam por alterações;

d) Definições dos locais (infraestrutura disponível, veículos, prédios etc.);

e) Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;

f) Acompanhamento dos procedimentos prévios à contratação visando o pleno início da execução contratual.

Na contratação atual, ao realizar o levantamento para definição das estimativas de consumo verificou-se que o consumo de gasolina é superior ao consumo de etanol. A frota da Instituição está assim distribuída:

22 veículos pesados a Diesel

56 veículos leves: 42 veículos flex, 05 veículos a gasolina e 9 veículos a diesel

78 veículos total

Considerando que a Lei 9.660/1998, estabelece que a aquisição de veículos leves que compõem frota oficial, somente poderá ser realizada por unidades movidas a combustíveis renováveis, em virtude da sustentabilidade ambiental e ainda o disposto no [Guia Nacional de Licitações Sustentáveis](#) que estabelece em sua página 205:

“Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar o combustível renovável XXXX (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.”

A administração deverá observar a legislação em consonância com as características de seus veículos leves e avaliar a adoção das medidas legais na utilização do combustível.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO;

Considerando o que dispõe o art. 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperativo que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com os padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

A empresa a ser contratada, bem como eventuais empresas credenciadas pela mesma, adotarão, obrigatoriamente, uma série de práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental, de forma a diminuir, ainda mais, os riscos de possíveis impactos.

Ressalta-se que foram relacionadas, neste estudo, as obrigações da Contratada quanto a critérios de sustentabilidade, que vão desde rotinas até critérios que deverão ser respeitados quando da aquisição e disponibilização dos materiais e serviços envolvidos na contratação.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

Com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, DECLARAMOS que:

(X) É VIÁVEL a presente contratação para a contratação de serviços de gestão da frota e dos demais equipamentos a combustão da UFVJM, por meio de sistema informatizado, para fornecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para a frota de veículos oficiais sob responsabilidade da UFVJM.

(X) NÃO É VIÁVEL a presente contratação para a demanda de rastreamento com serviço de telemetria, rastreamento e monitoramento de veículos e equipamentos e para a demanda de pagamento de pedágios por meio de transmissor de radiofrequência, pelos motivos elencados no item 06.

Justificativa da Viabilidade

A presente contratação é viável, considerando que a contratação está prevista no Plano Anual de Contratações, bem como o presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2020/SEGES/ME e legislação que trata da matéria. Os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis, devendo a área requisitante priorizar o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

16. ANEXOS

Anexo I - Relação atualizada dos veículos, em uso, que compõem a frota da UFVJM, contendo as seguintes informações: marca, modelo, km rodado, valor atualizado (SEI! [0700485](#) e [0700493](#))

Anexo II - Custo médio de manutenção por km rodado de cada veículo, Gasto de combustível por km rodado de cada veículo. (SEI! [0700517](#) e [0700522](#))

Anexo III - Estados de federação onde os veículos trafegam com mais intensidade. (SEI! [0700528](#) e [0700532](#))

Anexo IV - Previsão de km a serem percorridos pelos veículos no período de 12 meses. (SEI! [0700554](#) e [0700561](#))

Anexo V - Relação dos equipamentos que farão parte da contratação. (SEI! [0700583](#), [0700591](#) e [0682676](#))

Anexo VI - Modelo de Instrumento de Medicação de Resultados (SEI! [0770237](#))

17. RESPONSÁVEIS

A Equipe de Planejamento declara que o presente Estudo Técnico Preliminar contempla os conteúdos previstos no art. 7º, §2º, da IN ME nº 40/2020.

Diamantina, 06 de julho de 2022

Anna Karolina Cruz Duarte - SIAPE: 1304403
Antônio Carlos Martins Teixeira - SIAPE: 2301352
Lilian Moreira Fernandes - SIAPE: 1105706
Equipe de Planejamento
PORTARIA/PROPLAN Nº 37, DE 26 DE MAIO DE 2022

18. APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar ficando a responsabilidade pelas informações técnicas adstritas aos seus subscritores. O presente planejamento está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão. Proceda-se o lançamento do ETP Digital e encaminha-se o processo ao Requisitante para a elaboração do Termo de Referência no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Adriano Caetano Santos
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento
Portaria nº 1224, de 12 de maio de 2022
PROPLAN / UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Martins Teixeira, Servidor (a)**, em 06/07/2022, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Karolina Cruz Duarte, Servidor (a)**, em 06/07/2022, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Moreira Fernandes, Diretora**, em 06/07/2022, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Caetano Santos, Pro-Reitor(a)**, em 06/07/2022, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0767709** e o código CRC **B4D0A616**.

Referência: Processo nº 23086.013092/2021-23

SEI nº 0767709

Criado por **lilian**, versão 96 por **lilian** em 06/07/2022 10:31:28.